

## A TENTATIVA PORTUGUESA DE COLONIZAR SRI LANKA (1580-1630)

---

*Karel Staněk*

Este artigo tenta esclarecer um pouco mais o projeto português de colonização do Sri Lanka na transição dos séculos XVI e XVII. Ele foi até hoje bastante subestimado, mas merece, sem dúvida, a maior atenção. Não é justo prestar atenção somente ao que aconteceu, mas deveríamos interessar-nos também pelo que foi ponderado. Os primeiros portugueses chegaram ao Sri Lanka já em 1506 e durante quase todo o século XVI preferiam o comércio, sobretudo da canela. Desde os anos 20 do século XVI, a intromissão deles na cena política do Sri Lanka tornava-se, porém, cada vez mais clara. Em 1554, a fortaleza em Colombo, o porto melhor e mais florescente da ilha, foi construída, e em 1556 ou 1557, o rei de Kotte, o império mais importante, João Dharmapala converteu-se ao cristianismo. A sua doação do reino de Kotte de 1580, ratificada em 1583, ao rei português e a imposição da expansão territorial tanto no Império Português em geral, como no Sri Lanka em especial, nos anos 80 e 90 do século XVI representam dois pilares da política portuguesa colonizadora no Sri Lanka.<sup>1</sup>

Os portugueses conquistaram as planícies no oeste, sudoeste e sul da ilha em 1593–1594 pela tomada do reino de Sitawaka (Seitavaca). Em 1597, depois da morte do rei João Dharmapala, o rei português Filipe I ascendeu ao trono em Kotte como *rei de Ceilão*.

---

<sup>1</sup> BIEDERMANN, Zoltán: *Ruptura imperial/Inovação filipina ou realização de um velbo plano português? O conturbado início da conquista de Ceilão em 1594*, in: MARTÍNEZ, Santiago Hernández (org.): *Governo, administração e representação do poder no Portugal e seus territórios ultramarinos no período dos Áustrias (1581-1640)*, Lisboa 2011, pp. 147–176.

Por causa das duas derrotas nas batalhas de Danture (1594) e Badula (1603), o rei português Filipe II impôs em 1605 uma política defensiva. Não obstante, já em 1607, o rei reatou a guerra no Sri Lanka. Dado que ainda não tinha ideia de que maneira a situação na ilha e em toda Ásia se iria desenvolver durante os anos seguintes, decidiu manter também o bloqueio económico do reino de Kandy (Kanda Udarata), com o centro na cidade Kandy (Senkadagala), imposto já em 1587. Além disso, o rei assumiu que não era capaz de enviar para o Sri Lanka tantos soldados quantos seriam precisos. Por isso, acentuou a importância da rede das fortalezas construída pelo capitão-geral D. Jerónimo de Azevedo de forma do semicírculo ao longo da fronteira ocidental do reino de Kandy, o que devia fortalecer o domínio português do lado leste e controlar os acessos às montanhas de Kandy.

O território português foi delimitado ao norte pela região Vanni, cuja fronteira corre aproximadamente ao nível do rio Kala, ao sul pelo rio Walave e ao leste pelo reino de Kandy. À rede das fortalezas foi ligado um plano completamente novo e ambicioso que atrai muito a nossa atenção – o plano de colonização, desenhado nas duas cartas régias ao vice-rei (janeiro, dezembro 1607) e no *Regimento ao vedor da Fazenda* Antão Vaz Freire (1608). De que trata especificamente?

## O ESBOÇO DO PROJETO PORTUGUÊS

O Sri Lanka devia ser povoado e a produção local dominada em vez de só o comércio ser controlado e tributado. O rei exigiu que o Sri Lanka passasse a ser o lugar de residência do maior número possível de colonos indianos e portugueses de religião cristã. Para os colonos portugueses, particularmente para os funcionários e os *reinóis*, deviam estar disponíveis *órfãs del-Rei*, ou seja meninas órfãs portuguesas, transportadas ao ultramar a fim de apoiar o elemento português. Em relação aos cristãos indianos, o rei pensou sobretudo nos cristãos sírios de São Tomé que viviam em Malabar, em menor grau também nos membros da casta hindu, originados da Costa da Pescaria no sul da Índia, e nos *canarins* dos arredores de Goa, de quem vou falar abaixo. As bases económicas da ilha, as quais consistiam na produção de canela, deveriam ser alargadas pela introdução

de outros tipos de especiarias, especialmente da pimenta e da noz-moscada.<sup>2</sup>

O rei português tinha em vista ganhar no futuro, através da colonização efetiva da ilha, uma posição mais estável e também alcançar um aumento das rendas que cobrisse todos os custos locais. A ameaça crescente da concorrência inglesa e holandesa no Oceano Índico forçou Lisboa a financiar a defesa das regiões em maior perigo e o Sri Lanka careceu de meios. Além disso, deve-se notar que o projeto de colonização se enquadra na transição dos séculos XVI e XVII, o período em que a convicção da superioridade e invencibilidade ibéricas no alto mar permitiu a criação de planos para a subjugação de grande parte da Ásia Sulina e Oriental, ou seja, dos sultanatos malaios Aceh e Johor, assim como do Sião, de Camboja e até da China.<sup>3</sup>

Os lotes na parte sudoeste do Sri Lanka deviam ser redistribuídos aos colonos recém-chegados, para que eles fossem, suficientemente, satisfeitos. A população local devia converter-se à fé cristã, o que era o trabalho dos missionários. Os franciscanos, que até 1602 trabalharam no Sri Lanka como os únicos missionários cristãos, deviam colaborar na execução dessa tarefa com os jesuítas e com os dominicanos, a partir de 1605, e também com os agostinianos, a partir de 1606. Em consequência dessas atividades, a ilha devia transformar-se numa colônia portuguesa para servir como modelo não só ao Brasil, mas também às possessões espanholas na América e nas Filipinas. Isso, porém, dependia do sucesso da Coroa em levar os novos colonos à ilha e da disposição da população local a adaptar-se à nova situação.

Os cristãos de São Tomé viviam no Malabar no Sudoeste da Índia e derivaram a sua origem do Apóstolo São Tomé que devia ter cristianizado a Índia onde devia ter falecido. O seu túmulo foi encontrado pelos portugueses em 1517 em São Tomé de Meliapor no Coromandel. Nos anos seguintes, ocorreram escavações que levaram à descoberta de esqueleto humano, de uma lança e de um pote de barro, o que correspondeu à convicção geral da morte de São Tomé, o qual morreu per-

---

<sup>2</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, Lisboa, 1880-1936, 1974–1982, 2000, vol. I, livro I, pp. 57-61, 113-114, vol. I, livro II, pp. 161-164; *Archivo Portuguez Oriental*, vol. VI, New Delhi, 1992, vol. III, p. 805.

<sup>3</sup> BOXER, Charles Ralph: *Portuguese and Spanish Projects of Conquest of Southeast Asia 1580–1600*, in: *The Journal of Asian history*, 1969, n. 2, pp. 118-136.

furado com a lança. A presença de cristãos na Índia ajudou a justificar a expansão portuguesa que era vista como um esforço cristianizador global com espinho antimuçulmano, de acordo com o plano de Deus.

De facto, a comunidade cristã indiana é o resíduo das atividades missionárias sírias. Os cristãos indianos, portanto, utilizaram o rito sírio e até ao final do século XVI foram submetidos, apesar de que apenas formalmente, ao patriarca persa nestoriano das cidades Selêucia-Ctesifonte no rio Tígris. Desde os anos 60 do século XVI, os esforços portugueses pela latinização da Igreja deles foi aumentando. Em primeiro lugar, o primeiro concílio de Goa (1567) ordenou que os cristãos de São Tomé deviam vestir-se como os portugueses para que fossem facilmente distinguíveis dos pagãos e muçulmanos. No entanto, eles foram incluídos em 1599 no sínodo em Diamper, localizado cerca de 14 km do Cochim, à Igreja Católica Romana e subordinados à autoridade do papa. O sínodo foi instigado pelo arcebispo de Goa, o agostiniano D. Aleixo de Meneses. Para as suas necessidades, foi fundada em 1599–1600 a nova diocese com a sede em Cranganor (até 1607 sediada em Angamali), cuja jurisdição inclui os atuais estados federais indianos de Kerala, Karnataka, Tamil Nadu e Andhra Pradesh. No entanto, a liturgia dos cristãos de São Tomé permaneceu síria, mas, acerca dos elementos fundamentais, foi conciliada com a latina.<sup>4</sup>

O rei português Filipe II escolheu os cristãos de São Tomé para colonizar o Sri Lanka porque tinha neles mais confiança, devido à sua fé cristã, do que nos outros grupos étnicos indígenas. O mesmo não se pôde dizer sobre os cingaleses. Além disso, os portugueses estavam em contacto com os cristãos de São Tomé desde 1501. O pastor espiritual deles, o bispo de Cranganor, devia tentar convencê-los a sair do Sri Lanka. Na primeira metade do século XVI, o número estimado de cristãos de São Tomé era entre 80 000 e 200 000, de modo que podiam ser um reservatório demográfico notável.<sup>5</sup> Os primeiros 500 cristãos partiram para o Sri Lanka no fim dos anos 90 do século XVI<sup>6</sup> e outros 300 foram despachados para lá em 1603 pelo vice-rei Aires de Sal-

---

<sup>4</sup> HOLMAN, Jaroslav: *Indičtí křesťané sv. Tomáše*, in: *Nový Orient*, 1994, vol. 49, n. 10, pp. 342-346.

<sup>5</sup> DIFFIE, Bailey W.; WINIUS, George Davison: *A fundação do império português 1415–1580*, vol. II, Lisboa, 1993, p. 195.

<sup>6</sup> *Archivo Portuguez Oriental*, vol. III, pp. 820-821.

danha em resposta à recomendação dada pelo rei em 1602, ou seja, ainda antes da definição do projeto de colonização. Eles deviam ajudar a resolver o problema da falta crónica de soldados portugueses no Sri Lanka que em 1599 chegou a um tal nível que os portugueses temiam perder toda a ilha.<sup>7</sup> No mesmo período (1575–1595), 2 000 soldados portugueses tentaram conquistar em Angola as minas de prata inexistentes.<sup>8</sup> No entanto, as capacidades militares e qualidades de combate dos cristãos de São Tomé foram aparentemente medíocres.<sup>9</sup>

Em sua carta de 1602, o rei ordenou que também *topazes* de Cochim no Malabar fossem transportados para o Sri Lanka. Os *topazes* eram mestiços luso-asiáticos de pele escura e de religião cristã.<sup>10</sup> Trata-se dos descendentes do programa iniciado já pelo governador do *Estado da Índia* Afonso de Albuquerque entre 1509–1515 e concentrado em Goa e nos seus arredores. Albuquerque viu no surgimento da camada numerosa de colonos portugueses, predominantemente mestiços, um pilar fundamental do poder português na Ásia. Devido ao carácter militar do *Estado da Índia* e à ausência do esforço colonizador por causa da acentuação do comércio, o número das mulheres brancas ali era muito reduzido. Ao contrário de administração sediada em Lisboa, Albuquerque estava muito bem ciente de que o transporte do número suficiente de mulheres brancas para o Oriente era extremamente difícil, senão impossível. Este feito foi depois corroborado especialmente no porto chinês Macau, onde a presença de mulheres brancas era, literalmente, uma raridade. Por isso, Albuquerque oferecia aos homens dispostos a casar-se com as indianas cristianizadas terra, uma casa, gado e cavalos para que lhes facilitasse o início de sua estadia na Índia.<sup>11</sup> No entanto, a preferência geral na antiga socie-

---

<sup>7</sup> AHU, Códice 282, janeiro 1602, f. 66v/2; ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, Colombo, 1966, pp. 35, 43.

<sup>8</sup> NEWITT, Malyn Dudley Dunn: *A history of portuguese overseas expansion 1400–1668*, London, New York, 2005, p. 182.

<sup>9</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, Colombo, 1930, vol. II, livro III, cap. XXVI, p. 588.

<sup>10</sup> Em cingalês *tuppabin*, tâmul *tuppasi*, ie. bilingue. Cf. AHU, Códice 282, janeiro 1602, f. 66v/2.

<sup>11</sup> JUNQUEIRO, Maria Clara: *Afonso de Albuquerque*, in: ALBUQUERQUE, Luís de (ed.): *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1994, pp. 37-38.

dade portuguesa pela pele mais clara e o desdém pelos mestiços eram compartilhados também pelo governador mencionado, o qual preferia casamentos entre os portugueses e mulheres de pele mais clara de origem indo-árica do Gujarat em vez daquelas mais escuras de origem dravídica do Malabar.<sup>12</sup>

Vimos até então que o rei Filipe II considerava povoar o Sri Lanka pelos camponeses e artesãos portugueses, cristãos de São Tomé e *topazes* mestiços. Em algum momento no início do século XVII e novamente em 1610–1611, ele adicionou a estes o povo cristianizado – Paravas – da Costa da Pescaria que está situada no sul da Índia, entre o cabo de Comorim no oeste e Tuticorin ou Rameswaram no leste, ou seja, no Estado federal indiano Tamil Nadu. Eles viviam nos arredores das cidades Tuticorin e Punnaikkayal.<sup>13</sup> Os Paravas eram membros da casta hindu orientada à pesca, à caça de pérolas, à extração de sal e às atividades marítimas. A posição tradicionalmente inferior das comunidades associadas à indústria da pesca no contexto do hinduísmo, budismo e jainismo, que recusam a matança de todos os seres vivos (princípio *abimsa*),<sup>14</sup> permitiu nos anos 30 e 40 do século XVI que de 60 000 a 130 000 Paravas se convertessem ao cristianismo sem grandes problemas. De facto, eles sentiam-se reconhecidos e equivalentes entre os cristãos cuja fé foi espalhada pelos apóstolos muitas vezes do ambiente de pesca. Ao contrário, a hierarquia era comum para as sociedades asiáticas subordinadas às castas. Além disso, os Paravas adquiriram proteção militar portuguesa em face à competição dos Mappilas muçulmanos e aos ataques dos turcos. Os Paravas deviam ser persuadidos a partir para o Sri Lanka pelo bispo de Cochim e pelo Provincial dos jesuítas, os quais trabalhavam na área desde os anos 40 do século XVI e, nos anos 60, transformaram-se numa força predominante. Os jesuítas efetivamente substituíram ali a administração secular portuguesa que era só rudimentar, à semelhança dos dominicanos nas Pequenas Sundas.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> BOXER, C. R.: *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, Porto, 1988, p. 66.

<sup>13</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. II, livro IV, pp. 130-132.

<sup>14</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, p. 206.

<sup>15</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e económica*, Linda-a-Velha, 1995, pp. 370-375.

O rei estava, naturalmente, ciente de que não era suficiente enviar para o Sri Lanka apenas novos colonos, mas que era preciso captar também as simpatias da população local. Portanto, ele pretendeu assentá-la nas fortalezas portuguesas e cidades fortificadas e nos seus arredores, cujos lotes deviam ser-lhe distribuídos. Todas as famílias cingalesas, cujos membros varonis foram integrados nos corpos de *lascarins*, deviam viver ali sob a supervisão dos representantes da administração portuguesa, abraçar a fé cristã e aportunar-se gradualmente. À cristianização, foi ligada a adoção de nomes cristãos, dalguns elementos do vestuário português e do estilo de vida europeu, simplesmente da identidade portuguesa. Desta maneira, a sua lealdade ao rei português devia ser garantida e a sua inclinação às rebeliões limitada. O rei realçou que os súbditos portugueses deviam tratar a população cingalesa justamente, porque isso, na sua opinião, tinha mais importância do que a força das armas.<sup>16</sup> Considerou que as rebeliões eram o resultado do mau-tratos aos nativos pelos portugueses, mas esse pressuposto não era completamente correto.<sup>17</sup>

Em 27 de Fevereiro de 1608, o rei esboçou no *Regimento* ao recém-nomeado *vedor da Fazenda* no Sri Lanka Antão Vaz Freire quem e sob quais condições poderia estabelecer-se na ilha. Destacou a necessidade de alugar as rendas da terra (*comédias*), não a terra em si, de modo que estivessem satisfeitos soldados e oficiais portugueses, colonos indianos e portugueses, assim como habitantes cingaleses. De acordo com o decreto real de dezembro 1607, os moradores portugueses da ilha deviam ser favorecidos. Eles deviam ser sucedidos pelos colonos portugueses recém-chegados e pelos cristãos cingaleses e indianos. Como última possibilidade, os cingaleses hindus e budistas foram tomados em consideração. A divisão, a venda, assim como a troca dos lotes não eram permitidas. Os portugueses deviam possuir os seus lotes por um período de duas ou três «vidas» (ie. gerações), os cingaleses apenas por um tempo determinado pelo rei. Deviam ser herdados na linha matrilinear porque a sua distribuição estava ligada ao casamento com alguma das *órfãs del-Rei*, ie. meninas órfãs portuguesas transportadas de Por-

---

<sup>16</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 57-61.

<sup>17</sup> *Idem*, *ibidem*, vol. I, livro I, pp. 8-10.

tugal<sup>18</sup> para promover a colonização branca e para evitar a dissolução imediata do elemento português na região. No entanto, a longo prazo não foi possível impedi-lo.<sup>19</sup> Estas exigências estiveram válidas já desde 1603 e concordaram com aquelas da *Província do Norte* no noroeste da Índia, nos assim chamados *Prazos da Índia* ou *Prazos do Norte*.<sup>20</sup> Trata-se dum sistema de enfiteuse (*aforamento*), porém misturado com as práticas indígenas de uso e arrendamento de terra de modo que não se arrendava terra, senão apenas rendas dela (*comédias*). No entanto, houve uma diferença grande entre a situação na Índia e no Sri Lanka – os detentores de terra na ilha controlavam tradicionalmente não só as rendas, mas também a mão-de-obra e a produção que os portugueses integraram ao sistema, enquanto que, na Índia, estavam interessados apenas em rendas, como era o costume já no sultanato de Deli dentro da prática árabe-muçulmana (*iqta*).

Além disso, os detentores das terras na Índia e no Sri Lanka (*foreiros*) deviam fornecer ao rei um certo número de forças militares (*lascarins*) armadas pelas arquebuses ou mosquetes (*espingardeiros*) em troca das rendas provenientes da terra, assim como o arrendamento (*foro*). Esses foram, portanto, obrigados a residir na ilha permanentemente. Na Índia, a Coroa requeria também cavalos que não eram utilizados no Sri Lanka, porque os cingaleses não os conheciam, visto que não eram muito úteis no centro montanhoso da ilha, coberto da vegetação densa, onde os portugueses travavam a maioria dos combates.<sup>21</sup> A cavalaria não era útil nem noutras partes do Império Português devido à natureza da paisagem local, ao clima muito quente, às chuvas torrenciais e aos rios transbordantes (Costa da Mina, Moçambique), embora nalgumas se utilizasse (Índia, Marrocos, parcialmente Angola e Brasil) e pudesse fornecer uma grande vantagem em face aos indígenas.

Na Índia, esse sistema providenciou a força militar permanente de carácter miliclar à qual não era preciso pagar nenhum salário. Esta força constava de *foreiros*, assim chamados *casados fronteiros*. Preci-

---

<sup>18</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro II, pp. 161-164; *Archivo Portuguez Oriental*, vol. VI, p. 805.

<sup>19</sup> NEWITT, Malyn: *História de Moçambique*, Lisboa, 1997, p. 212.

<sup>20</sup> AHU, Códice 282, fevereiro 1603, f. 147, 164v.

<sup>21</sup> MENESES, João Rodrigues de Sá e: *Rebellion de Ceylan y los Progresos de su Conquista en el Gobierno de Constantino de Saa y Noronba*, Lisboa, 1681, cap. XII, p. 190.



samente o mesmo foi considerado pelo rei também para o Sri Lanka, assolada pelo número muito baixo de soldados portugueses e pela guerra permanente. O papel dos destacamentos militares de reserva era desempenhado pelos *casados*, moradores portugueses sediados nas cidades, mas eles eram poucos e o seu uso limitado aos casos de emergência. Os *foreiros* desempenharam o papel parecido ao dos *fronteiros* em Marrocos. Para se tornar mais claro quais as terras que na ilha estavam disponíveis, Antão Vaz Freire devia elaborar o seu inventário (*tombo*), o que fez em 1613–1615.<sup>22</sup>

O projeto de conquista e colonização, criado entre 1603–1608 e dedicado para o Sri Lanka, devia ser pago só pelos lucros da própria ilha, em outras palavras, sem nenhuma contribuição de Goa ou Lisboa. Este requisito foi considerado absolutamente real graças ao potencial económico considerável da ilha,<sup>23</sup> mas, devido às lutas incessantes, às insurreições, à corrupção e a outras dificuldades ligadas à cobrança dos impostos, não podia ser cumprido conforme esperado e a administração portuguesa tinha que ser apoiada por Lisboa e Goa. O arrendamento de terras rendia só dois terços do rendimento esperado, o que representou um problema enorme porque as rendas de terra formaram (em 1643) quase 80% de todas as receitas portuguesas da ilha.<sup>24</sup> Os portugueses cometeram um erro grave quando a Coroa se livrou da maior parte da terra originalmente realenga (*gabadagama*, *gabadagam*) e a distribuiu a proprietários privados. Resultou numa situação sinistra em que nem a venda forçada de certa quantidade de nozes de areca dos camponeses às autoridades da Coroa pelo preço fixo (aprox. desde 1615) nem a promulgação do monopólio régio sobre o comércio com canela em 1614 (em vigor a partir de 1615) ajudaram a Coroa. O alargamento da área de produção de canela e o envolvimento dos membros das castas, dedicadas originalmente às outras tarefas, no cultivo e na colheita de canela resultaram em um aumento de cinco vezes na produção de canela entre anos 90 do

---

<sup>22</sup> *Archivo Portuguez Oriental*, vol. VI, pp. 803-804.

<sup>23</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 57-61.

<sup>24</sup> SERRÃO, José Vicente: *The Portuguese land policies in Ceylon: On the possibilities and limits of a process of territorial occupation*, in: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia; MIRANDA, Susana Münch (ed.): *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*, Lisboa, 2014, p. 186.

século XVI e os anos 40 do século XVII. A sua venda começou, porém, a gerar lucros mais altos somente após 1629, quando foi ordenado exportá-la exclusivamente de Colombo.<sup>25</sup> O Sri Lanka deixou de ser o encargo financeiro para o *Estado da Índia* só por um curto período nos anos 20 e 30 do século XVII, principalmente devido à paz entre os portugueses e o reino de Kandy. Entre 1621–1628 e 1634–1638, a administração portuguesa da ilha foi capaz de pagar todas as despesas, usando os seus próprios recursos, e até pôde mesmo fornecer um excedente a favor doutras possessões portuguesas.<sup>26</sup>

É evidente que, em face do panorama apresentado acima que o Sri Lanka foi até então o destino de apenas alguns mercadores, soldados e *degredados* de Portugal ou Índia (Goa), cuja pena tinha mudado da prisão ao serviço numa das possessões no ultramar onde não havia soldados e mão-de-obra suficientes. Em Portugal, o nível demográfico era baixo e a gente valiosa, a Coroa tentava, portanto, valorizar todos. Eles permaneciam no ultramar durante o período definido em função da gravidade do seu delito.<sup>27</sup> O Sri Lanka funcionou durante a segunda metade do século XVI e ainda na primeira metade do século XVII como um lugar favorito para os *degredados* de Goa que cometeram alguns crimes moderados.<sup>28</sup>

Agora, no início do século XVII, o Sri Lanka devia tornar-se um lugar destinado essencialmente à colonização. Pode-se dizer que existia até o desejo de criar na ilha «outro Brasil» ou «novo Portugal».<sup>29</sup> O cronista jesuíta Fernão de Queirós supôs que fosse possível conseguir «daqui a alguns anos uma formação de novo Portugal na Índia (no sentido de

---

<sup>25</sup> SERRÃO, José Vicente: *The Portuguese land policies in Ceylon: On the possibilities and limits of a process of territorial occupation*, p. 192; SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, Colombo, 1972, pp. 193-195, 199-200.

<sup>26</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 235.

<sup>27</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro III, cap. XXII, p. 548; COUTO, Diogo do: *Décadas da Ásia*, Lisboa 1777-1778, Déc. XII, livro III, cap. II, p. 258; ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, pp. 35, 93.

<sup>28</sup> COATES, Timothy J.: *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*, Lisboa, 1998, pp. 132, 165.

<sup>29</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. II, livro IV, pp. 81-86.

toda a Ásia), graças ao clima saudável e à fertilidade da terra». <sup>30</sup> E continua a elogiar o Sri Lanka: «O melhor clima nem o ambiente mais propício à saudade e ao crescimento da nação portuguesa não é em nenhum outro lugar na Índia [...] não é o lugar mais propício para a navegação nestes mares que Ceilão». <sup>31</sup> O capitão-mor do campo Constantino de Sá de Miranda observou que «se alguém cultivasse todo o Ceilão, ele tornar-se-ia o celeiro da Índia». <sup>32</sup> A proposta da transferência da capital do *Estado da Índia* para o Sri Lanka apareceu já durante os anos 90 do século XVI quando os portugueses estavam cheios da euforia por causa dos seus sucessos alcançados na ilha. Esta ideia foi apoiada, por exemplo, pelo soldado Francisco Rodrigues Silveira (1599) e em 1646, Jorge Pinto de Azevedo voltou a ela, embora naquele tempo os holandeses já se tivessem estabelecido firmemente no Sri Lanka. <sup>33</sup>

## **A IMPORTÂNCIA MILITAR-ESTRATÉGICA E ECONÓMICA DO SRI LANKA NO ESTADO DA ÍNDIA**

Nos anos 90 do século XVI, os portugueses conseguiram estabelecer o seu poder na maior parte do território que originalmente era controlado pelo reino de Kotte. Foi algo incomum no *Estado da Índia*, cujo carácter foi predominantemente marítimo. Podemos encontrar paralelos só nos arredores de Goa, na *Província do Norte* no noroeste da Índia e na bacia do Zambeze. João Rodrigues de Sá e Menezes afirma que «en ninguna parte de la India (los portugueses) tenían Imperio tan dilatado, tanta tierra unida y continente, [...] tanta fertilidad y abundancia, siedo funalmente el mejor y mayor pedaço de tierra que señoreavan los por-

---

<sup>30</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro III, cap. XIII, p. 477; também cf. SILVA, O. M. Cosme da: *Fidalgos in the Kingdom of Kotte, Sri Lanka 1505-1656: The Portuguese in Sri Lanka*, Colombo, 1990, p. 322.

<sup>31</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. III, livro VI, cap. XX, pp. 1144-1145.

<sup>32</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Olhos do Rei. Desenhos e descrições portuguesas da ilha de Ceilão (1624, 1638)*, Lisboa, 2001, p. 179.

<sup>33</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Olhos do Rei. Desenhos e descrições portuguesas da ilha de Ceilão (1624, 1638)*, p. 20; FLORES, Jorge Manuel: *Os portugueses e o Mar de Ceilão: trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, 1998, p. 182.

tugueses en el Asia.»<sup>34</sup> Isso foi possível, em primeiro lugar, graças à doação do rei de Kotte João Dharmapala dedicada ao rei português e, em segundo lugar, à ampla recepção da ideia de expansão territorial pelos portugueses. O Sri Lanka atraía também pela sua reputação de paraíso terrestre, uma espécie de «pérola do Oceano Índico», e do «pomar permanentemente fresco».<sup>35</sup> Esta ideia foi retomada pelos holandeses no início do século XVII. Jan Huyghen van Linschoten mencionou em base das notícias recebidas dos seus informadores portugueses que «Ceilão é uma das melhores ilhas até então descobertas e mais fecunda sob o sol».<sup>36</sup> Joris van Spilbergen escreveu por sua vez que se ali encontrava «uma abundância das aves, peixes, veados, pavões, porcos, manteiga, leite e mel», assim como canela, pimenta, pedras preciosas, lenha e alegadamente também ouro, prata, ferro e cobre. Sri Lanka «foi propícia a ser semeado e plantado por tudo o que era ganhado nos outros países».<sup>37</sup>

Além disso, os portugueses aproveitaram habilmente a oportunidade que lhes fora oferecida porque perceberam bem o extraordinário valor estratégico da ilha. Ela produzia tanto canela, muito procurada, assim como elefantes, pérolas e pedras preciosas, e além disso estava situada nas rotas marítimas que ligavam as duas regiões económicas do Oceano Índico – a parte ocidental e a parte oriental. Se alguém quisesse navegar a partir do Malabar para Coromandel, Bengala, Pegu (na Birmânia) ou Malaca ou ainda mais a Leste, não podia deixar de passar pelo Sri Lanka porque o sistema das monções nas duas regiões supra-mencionadas era um pouco diferente e os navios tinham que ancorar ou em Calecute ou no Sri Lanka, quer quisessem quer não.<sup>38</sup> Foi realmente «uma chave de toda a Índia» (aqui no sentido de toda a Ásia).<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup> MENESES, João Rodrigues de Sá e: *Rebellion de Ceylan y los Progresos de su Conquista en el Gobierno de Constantino de Saa y Noronba*, cap. XI, p. 170.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, cap. III, p. 47.

<sup>36</sup> LINSCHOTEN, Jan Huyghen van: *Itinerario*, in: *Een zestiende-eeuwse Hollander in bet Verre Oosten en bet Hoge Noorden*, Den Haag, 1979, p. 47.

<sup>37</sup> SPILBERGEN, Joris van: *De reis van Joris van Spilbergen naar Ceylon, Atjeh en Bantam 1601-1604*, Den Haag, 1933, pp. 60-62.

<sup>38</sup> *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal Tem nas Partes da Índia, e das Capitánias, e mais Cargos que nelas há, e da importância delas*, Lisboa, 1960, p. 75; MENESES, João Rodrigues de Sá e: *Rebellion de Ceylan y los Progresos de su Conquista en el Gobierno de Constantino de Saa y Noronba*, cap. XI, p. 171.

<sup>39</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. III, livro VII, pp. 109-113.

O Sri Lanka podia funcionar também como uma espécie de cunha contra o movimento dos navios holandeses que depois de 1595 começaram a competir com os portugueses no Oceano Índico e finalmente privaram-nos da sua supremacia marítima.<sup>40</sup> Neste contexto, é possível perceber a colonização do Sri Lanka como um esforço por equilibrar a perda desta supremacia. Por último, mas não menos importante, a ilha protegia o Malabar e, por extensão, toda a Índia Ocidental como se fosse um escudo. Esta proteção foi crucial porque essa região era o centro do *Estado da Índia*. Esta opinião apareceu já na primeira metade do século XVI e, posteriormente, no *Regimento* ao vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, de 1596, onde, literalmente, está escrito: «Se ela [Índia] em algum tempo se perdisse, de Ceilão se podia tomar».<sup>41</sup> Em 1610, esta informação repete-se na obra do cronista Diogo do Couto.<sup>42</sup> Em 1614, o capitão António Martins referiu que «si Vossa Magestade pierde Ceilán, podemos dezir que pierde toda la India [no sentido de todo o Oriente] y su comercio».<sup>43</sup> Esta argumentação tem a ver com a consolidação e com o alargamento das bases territoriais dos Mogóis no norte da Índia, o que levantou preocupações nos portugueses.

## **A TENTATIVA PORTUGUESA DE COLONIZAR O SRI LANKA – O TERRITÓRIO DE KOTTE**

A colonização do Sri Lanka mereceu a atenção e apoio enorme. O vice-rei Aires de Saldanha julgou no início do século XVII que o transporte anual de 400 colonos de Portugal fosse suficiente.<sup>44</sup> Um documento de 1611 considerou conveniente a chegada de 1 000 camponeses portugueses e fortalecimento anual deste número.<sup>45</sup> O arcebispo de

---

<sup>40</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Ceilão*, in: ALBUQUERQUE, Luís de a kol.: *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, sv. I, Lisboa, 1994, p. 231.

<sup>41</sup> AHU, Códice 281, março 1596, f. 370v-371/2.

<sup>42</sup> COUTO, Diogo do: *O Soldado Prático*, Lisboa, 1954, p. 221.

<sup>43</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. III, livro VII, pp. 109-113.

<sup>44</sup> AHU, Códice 282, f. 144.

<sup>45</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. II, livro IV, pp. 81-86.

Goa e o governador interino do *Estado da Índia*, D. Aleixo de Menezes, enviou já em 1606 ou 1607 para a ilha os primeiros homens disponíveis.<sup>46</sup> Como é que o projeto de colonização funcionou na realidade?

Todas as terras que estavam disponíveis foram incluídas pelo *vedor da Fazenda Antão Vaz Freire* no *tombo* que foi concluído em 1615. A distribuição de algumas terras não foi permitida – de alguns dos lotes pertencendo diretamente ao rei (*gabadgama, gabadagam*), à Igreja Católica (originalmente as terras dos templos budistas e hindus; *devalagama, devalagam*), assim como a algumas castas cingalesas importantes<sup>47</sup> e às unidades económicas (*baddas*), p. ex. aos produtores de canela (*Chaleas*), aos criadores de elefantes, aos portadores do palanquim do capitão-geral, aos fornecedores dos carros de boi, aos processadores de ferro, aos fabricantes de armas e aos lenhadores, que tomavam conta de abrir um caminho através da selva para o exército. As terras na propriedade destas castas eram de uma importância excepcional para a Coroa, por isso ficou sob seu controlo direto e os seus donos foram obrigados a prestar serviço à Coroa. O resto das terras devia ser distribuída livremente em base das regras estabelecidas pelo rei em 1607–1608, como já vimos.<sup>48</sup> No entanto, é de notar que uma parte da terra (*pangu*) em todas as aldeias ficou para os camponeses indígenas, como dantes, e que estes camponeses eram submetidos diretamente ao rei (efetivamente ao capitão-geral) enquanto que pagavam impostos aos grandes donos nas suas aldeias e cultivavam as terras deles (*muttettu*). Estes donos controlavam entre uma vintena e um quarto de todas as terras numa aldeia, geralmente a terra mais fértil.

Disto está evidente que os portugueses apenas aproveitaram o sistema indígena, ligeiramente modificado, da exploração da terra que foi criado durante o período do reino de Kotte. Foi pela primeira vez em toda a Ásia que o sistema de terra local foi exposto à influência europeia. A maior diferença em relação ao período pré-português consiste no facto de que os deveres de serviço pessoal dos donos para

---

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, vol. I, livro II, pp. 161-164.

<sup>47</sup> A casta é um termo introduzido pelos portugueses para descrever a estratificação social baseada na origem na Índia e no Sri Lanka. No entanto, no Sri Lanka, punha-se maior importância às *baddas*, ie. às unidades económicas que serviam à organização do trabalho e não imitaram completamente o sistema de castas.

<sup>48</sup> *Archivo Portuguez Oriental*, sv. VI, pp. 804-806.

com o rei (*rajakariya*) foi substituído largamente pelo pagamento duma soma financeira conforme costumes europeus. Esta prática existia até então somente de maneira limitada (*nindagam*), havia um prêmio pelos serviços extraordinários, p. ex. demonstrados numa guerra. Foi um impulso importante para a monetarização da economia do Sri Lanka.<sup>49</sup>

A agenda administrativa da distribuição das terras devia ser dirigida pela junta, criada em 1607 e formada pelos altos funcionários do reino. Esses foram o capitão-geral, *vedor da Fazenda* e o bispo de Cochim em cuja jurisdição o Sri Lanka pertencia. Caso um deles faltasse, deveria ser substituído pelo capitão de Colombo.<sup>50</sup> Na maioria dos casos, o bispo de Cochim estava ausente, o que é lógico porque a sua cidade residencial era no Malabar. Era geralmente, representado pelo vigário-geral.

O direito prioritário de ganhar a terra, cujo arrendamento atingiu desde 1614 12% dos rendimentos,<sup>51</sup> pertencia, devido à intercessão do capitão-geral D. Jerónimo de Azevedo, aos colonos portugueses que já viviam na ilha. Em seguida, era possível oferecer a terra aos novos colonos portugueses. Neste caso devia-se ter em conta qual o serviço que tinham feito para a Coroa e se estavam interessados em casar-se com alguma das *órfãs del-Rei*. Só depois podia pensar-se nos cingaleses ou noutros asiáticos cristãos, especialmente da Índia. Em último lugar encontravam-se os cingaleses que não aceitaram o batismo. A maioria dos *lascarins* procedia precisamente deste grupo.<sup>52</sup> Não surpreende que o rei preferisse os portugueses da Europa e os cristãos em geral, mas as consequências do deslocamento dos *lascarins* para um fundo total da sociedade, assim como um olhar desdenhoso dos colonos portugueses deviam revelar-se inevitavelmente

---

<sup>49</sup> SERRÃO, José Vicente: *The Portuguese land policies in Ceylon: On the possibilities and limits of a process of territorial occupation*, in: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia; MIRANDA, Susana Münch (ed.): *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*, p. 192; SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, pp. 223-224.

<sup>50</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro II, pp. 161-164.

<sup>51</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, p. 108.

<sup>52</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro II, pp. 161-164; *Arquivo Português Oriental*, vol. VI, p. 805.

no futuro de maneira negativa. As deserções frequentes dos *lascarins* confirmam-no. Queirós sugeriu neste contexto que, ao contrário, os cingaleses fossem preferidos na distribuição das terras e que as terras uma vez concedidas já não fossem alienadas, a não ser que os *lascarins* cometessem algum delito.<sup>53</sup> No entanto, havia ainda outra circunstância que estava contra os detentores da terra cingaleses. Se os portugueses tinham o direito de possuir as terras por um período de dois ou três «vidas» (ie. gerações), os cingaleses tinham-no só por um tempo especificado pelo rei. A mudança ocorreu apenas em 1626, ou seja, bastante tarde.

O projeto grandioso de colonização contou com a abundância de colonos, mas este revelou-se ser um problema grande. Em 1619, o rei pediu ao vice-rei D. João Coutinho, conde de Redondo, para assegurar, finalmente, a chegada de grande número de Paravas e cristãos de São Tomé.<sup>54</sup> Em 1624, repetiu o seu pedido ao vice-rei D. Francisco da Gama.<sup>55</sup> Isso indica que não só esses povos ainda não se tinham deslocado em número significativo para a ilha, mas tampouco colonos portugueses, porque estavam favorecidos pelo rei. O vice-rei Coutinho explicou ao rei em 1620 que os Paravas não tinham manifestado muito interesse em sair do sul da Índia para o Sri Lanka e que aqueles que tinham chegado logo morreram. A justificação mais detalhada, porém, encontramos já numa carta de 1611. Fica-se sabendo que os Paravas não queriam partir da Costa da Pescaria, ou seja, da sua pátria, porque temiam que ela depois se tornasse uma presa fácil dos muçulmanos ou de algum de seus aliados hindus— *nayaka*<sup>56</sup> de Madurai. Isso não só punha em perigo a rota marítima que ligava Malabar e Coromandel, mas também podia levar à perda dos recursos da Costa da Pescaria que funcionava como celeiro de Cochim e também como base para a pesca de pérolas. Além disso, foi inaceitável estabelecer os

---

<sup>53</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro VI, cap. XI, p. 1074.

<sup>54</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. V, livro XII, pp. 260-263.

<sup>55</sup> Idem, ibidem, vol. V, livro XX, pp. 203-204.

<sup>56</sup> Em sânscrito *Nayaka*, ie. líder, comandante, chefe. Originalmente, foram os governadores militares do Império Vijayanagara, mas declararam independência depois da batalha de Talikota (1565) em que exército dos sultanatos muçulmanos do Decão infligiu uma derrota grave ao exército do Império Vijayanagara.



Paravas na costa entre os portos Negombo e Chilão, como tinha sido sugerido, porque esta área se encontrava muito longe das pesqueiras de pérolas.<sup>57</sup> Podiam ser estabelecidos na ilha de Manar, mas isto surtiria absolutamente nenhum efeito para a colonização do Sri Lanka.<sup>58</sup>

Alguns Paravas viviam já havia algumas décadas na ilha de Manar. A primeira comunidade cristã foi estabelecida ali no início dos anos 40 do século XVI graças aos missionários jesuítas, alunos de São Francisco Xavier, e foi formada pelos membros do grupo étnico cingalês Karava ou tâmul Karaiyar.<sup>59</sup> Em 1544, o rei de Jafanapatão Cankili (Sankili) I deixou matar entre 600 e 700 cristãos convertidos, mas, em 1560, os portugueses conquistaram a ilha, fortificaram-na e trouxeram para ali alguns Paravas cristianizados.<sup>60</sup> Uma única grande comunidade destes cristãos, que foi fundada pelos jesuítas, indianos no Sri Lanka podia ser encontrada na península Kalpitiya. No entanto, não podia ser muito grande, porque a península estava em grande parte coberta pela floresta e habitada pelos animais selvagens.<sup>61</sup> Este feito pode ser tomado como uma confirmação do fracasso do esforço da Coroa por usar os Paravas para a colonização do Sri Lanka.

Embora os portugueses tivessem falhado repetidamente em forçar os Paravas, assim como os cristãos de São Tomé,<sup>62</sup> a sair para a ilha, o monarca não desistiu. Nos anos 20 do século XVI, ele insistiu teimosamente no deslocamento dos povos mencionados e nos anos de 1626, 1628 e 1629, enviou ao vice-rei muitas cartas relativas a este assunto.<sup>63</sup> Resultou, porém, em nada. É evidente que os Paravas não queriam partir para o Sri Lanka. Este feito foi relacionado, principalmente, à falta da vontade de mudar o seu modo de vida, mas também à comunidade estruturada de maneira endogâmica e baseada na iden-

---

<sup>57</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. II, livro IV, pp. 130-132.

<sup>58</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, p. 63.

<sup>59</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, Cambridge, 2010, p. 94.

<sup>60</sup> SILVA, O. M. Cosme da: *Fidalgos in the Kingdom of Jaffnapatam 1543-1658: The Portuguese in Jaffna*, Colombo, 1994, p. 10.

<sup>61</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, pp. 63, 201.

<sup>62</sup> TT. *Livros das Monções*, livro XXI, f. 147.

<sup>63</sup> Tamtéž, kniha XXIII, f. 57; livro XXV, f. 137, 166; livro XXVI, f. 84, 351.

tidade coletiva extremamente forte.<sup>64</sup> No final da década 20 do século XVII, o rei recebeu a recomendação de concentrar-se mais nos habitantes cristianizados das *Velhas Conquistas*, ou seja, de Goa, na ilha Tiswadi, e das regiões vizinhas Bardês e Salsete no Concan, em vez de nos Paravas e nos cristãos de São Tomé.

Os portugueses chamaram aos habitantes do Concan erroneamente de *canarins*, embora este termo fosse utilizado corretamente para denominar os nativos do Canará, situado mais ao norte. Em Goa, viviam os membros do grupo étnico concani-maratha.<sup>65</sup> A transferência deles para o Sri Lanka não só ajudaria a colonização da ilha, mas também impediria a fuga ocasional deles para o sultanato muçulmano vizinho de Bijapur.<sup>66</sup> No entanto, o único grupo maior dos *canarins* foi transportado para o Sri Lanka em 1631 quando os territórios de norte e noroeste da Índia e o *binterland* de Goa foram pungidos pela grande fome (1630–1632). Tratou-se de 1 100 pessoas, mas a maior parte delas retornou, finalmente, à Índia. Em 1633, o rei reiterou a ordem ao vice-rei para tentar mover ainda mais *canarins* ao Sri Lanka, mas em vão. Em 1631, 300 cafres,<sup>67</sup> ou seja os animistas pretos da África Oriental e Sul, juntaram-se ao grupo dos *canarins*, mas nem o seu fluxo regular foi imposto, apesar de que tinha sido pretendido importar anualmente cerca de 500 africanos pretos.<sup>68</sup>

Parece que, apesar das muitas propostas apresentadas pelos portugueses, estes não foram capazes de realizá-las. É possível que os obstáculos tenham sido insuperáveis. Da reação de todos os grupos indígenas que, de acordo com o desejo português deviam ser envolvidos na colonização do Sri Lanka, resulta a relação muito firme entre a população, seja na África ou na Ásia, e o território habitado por ela. Esta relação e a consciência da sua própria identidade nacional foram mais fortes do que se podia supor no início da Idade Moderna. O carácter, as tradições e os costumes de cada sociedade foram determinados pelo seu território de tal forma que os seus membros não esta-

---

<sup>64</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e económica*, p. 375.

<sup>65</sup> BOXER, C. R.: *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, p. 85.

<sup>66</sup> TT. *Livros das Monções*, livro XXV, f. 166; livro XXVI, f. 351.

<sup>67</sup> Do palavra árabe *kafir*, ie. não-muçulmano.

<sup>68</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 84, nota 112.

vam dispostos a abandoná-lo coletiva, voluntária e permanentemente e fizeram-no apenas por força.

Com base no supramencionado, parece inegável que a Coroa portuguesa pudesse confiar somente nos seus súbditos portugueses para o povoamento do Sri Lanka. Estes saíam da Europa muitas vezes por vontade própria, embora não fosse a regra. Portugal foi superpovoado em algumas regiões por motivo da fraca eficiência da agricultura daquela época e, além disso, sofria das epidemias e fomes repetidas. Os portugueses adaptaram-se facilmente à vida nos trópicos, o que era possível por sua benevolência aparente à miscigenação e pela autonomia administrativa ampla da periferia em face ao centro do Império Português. Visto que era muito vasto e geo-climaticamente diferenciado, ele carecia da estrutura centralizadora e era formado apenas por uma espécie do emaranhado heterogêneo de relações de patronagem e de poder entre as instituições e as pessoas influentes. Além disso, o elemento indígena estava representado nele muito fortemente.

No entanto, os colonos portugueses chegavam ao Sri Lanka em número limitado. Isso pode ser constatado se olharmos os números dos *casados* portugueses em 1635, conforme registrado pelo cronista António Bocarro no seu *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Em Colombo, desde 1583–1585 a sede do Senado da Câmara, em 1641 confirmado pela Coroa, que confirma a sua importância crescente, encontramos 350 colonos, entre 50 e 70 *casados* viviam em Gale, entre 20 e 30 *casados* moravam em Trincomalee, em Calutara, o seu número aumentava para entre 10 e 30 e, em Negombo, a 6 colonos.<sup>69</sup> De facto, estes números são muito baixos, mesmo insignificantes, embora seja preciso notar que se trata somente de homens adultos, ou seja pais de família, e os números devem ser multiplicado por cinco ou por dez. Não há dúvida de que, antes de 1630, ou seja antes da derrota desastrosa do exército português pelas tropas do reino de Kandy na batalha de Randeniwela, em que lutaram entre 100 e 200 *casados*,<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> BOCARRO, António: *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, 1992, pp. 216, 217, 233, 234, 238; SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 83, nota 107.

<sup>70</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 83.

esses números deviam ser um pouco maiores, mas provavelmente não de forma considerável. A estimativa para Colombo na década 50 do século XVII é de cerca de 900 famílias, mas não está claro se fossem exclusivamente portuguesas.<sup>71</sup> Geralmente, nelas são incluídos os mestiços luso-cingaleses, descendentes do pai português e da mãe cingalesa, que começaram a surgir no Sri Lanka já antes do início da política expansionista portuguesa na década de 90 do século XVI.<sup>72</sup>

Por isso, as terras não foram distribuídas aos colonos, como fora originalmente planeado, senão, sobretudo, aos funcionários civis e militares que ficaram na ilha só por um tempo limitado. O resultado para a base populacional portuguesa foi fatal porque o número dos *foreiros* portugueses alcançou no máximo algumas centenas. Além disso, embora o rei devesse fiscalizar a distribuição das terras, isto foi feito muitas vezes sem o seu conhecimento por ordem do capitão-geral. As terras foram distribuídas, efetivamente, ainda antes do *tombo* ter sido acabado em 1615, embora oficialmente não devessem ser atribuídas. Apesar de que D. Jerónimo de Azevedo tenha argumentado razoavelmente que a concessão das terras aos recém-chegados era incorreta e que desta maneira os soldados experientes, que já tinham permanecido algum tempo na ilha, deviam ser recompensados, abusou do sistema para premiar sobretudo os seus partidários, dos quais alguns, depois de algum tempo, nem ficaram na ilha e saíram em direção a Índia. Em consequência, Azevedo apenas contribuiu para que o enorme potencial do sistema permanecesse inexplorado. Isso não se referia só ao nível populacional, mas também ao nível militar e financeiro. Os proprietários portugueses não puderam, ou não quiseram, fornecer o número dos soldados indígenas suficientes ao rei e satisfazer as suas expectativas iniciais. Do ponto de vista financeiro, a Coroa não ganhava tanto porque o valor do arrendamento tinha sido estabelecido em 12%, o que era bastante baixo, enquanto que os rendimentos do domínio régio original (*gabadgama, gabadagam*) era muito maior, e da terra pertencente à Igreja (*devalagam, viharagam*), não se pagava nenhum imposto. Se a Coroa conseguisse manter o seu controlo sobre a maior parte da terra régia, teria enfrentado dificul-

---

<sup>71</sup> RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, New Delhi, Madras, 1999, livro I, cap. XII, p. 34.

<sup>72</sup> COUTO, Diogo do: *Décadas da Ásia*, Déc. X, livro X, cap. II, p. 534.

dades financeiras muito menores. Mas não foi assim e os portugueses minaram a base económica da qual dependiam os seus esforços por dominar a ilha.<sup>73</sup>

## **A TENTATIVA PORTUGUESA DE COLONIZAR O SRI LANKA – A PENÍNSULA DE JAFANAPATÃO**

Em Jafanapatão tâmul, António Bocarro em 1635 contou um total de 120 a 140 *casados*, enquanto que, na ilha de Manar, com 70 colonos portugueses.<sup>74</sup> Estes números são tampouco altos, assim como nas regiões cingalesas do Sri Lanka. Se o rei procurou a chegada de colonos portugueses para Kotte apenas a partir 1607, no caso de Jafanapatão, esforçou-se pela colonização pelos portugueses e colonos cristãos da Índia (cristãos de São Tomé, Paravas) já em 1560. Naquele ano, o reino local devia ser conquistado pelo vice-rei Constantino de Bragança em resposta aos passos antiportugueses feitos pelo rei Cankili I. No entanto, a campanha resultou só na tomada da ilha de Manar, onde foram estabelecidos alguns Paravas cristianizados.<sup>75</sup> Depois a Coroa não voltou a pensar neste projeto por muito tempo. Aliás, a região foi subjugada à Coroa portuguesa só em 1591 por André Furtado de Mendonça que depôs e deixou degolar o rei Puviraja Pandaram e substituiu-o pelo genro dele Ethirimanna Cinkam. Em 1619, por iniciativa do capitão-geral Constantino de Sá de Noronha foi preparada uma campanha, capitaneada por Filipe de Oliveira, que em 1619 conquistou o reino do Jafanapatão. O rei Cankili II foi capturado, deposto e levado para Goa, onde foi decapitado em 1621.<sup>76</sup>

Graças à conquista do reino de Jafanapatão, os portugueses tomaram controlo mais eficaz do tráfego marítimo no Estreito de Palk, das zonas de caça de pérolas e de exportação dos elefantes da ilha, que se realizou através do reino de Jafanapatão. O capitão-geral pô-lo sob

---

<sup>73</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, pp. 105-106, 109, 117; SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 5221.

<sup>74</sup> BOCARRO, António: *Livro das Plantas*, pp. 214, 241.

<sup>75</sup> SILVA, O. M. Cosme da: *Fidalgos in the Kingdom of Jaffnapatam 1543-1658: The Portuguese in Jaffna*, pp. 5-10.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, pp. 11-23.

a sua jurisdição já em 1619, terminando deste modo a autonomia do capitão da ilha de Manar que remontava a 1560. Devido à importância do Estreito de Manar para o tráfego naval entre a Índia Ocidental e Oriental, bem como para as pesqueiras ricas de pérolas nos arredores da Costa da Pescaria e da ilha de Manar, originalmente, o norte do Sri Lanka não foi considerado pelos portugueses como parte integrante da ilha. Ao contrário, ele foi subordinado à autoridade administrativa do capitão de Manar pela necessidade de reação mais rápida possível no caso de uma emergência. A sua competência abrangia não só o norte do Sri Lanka, mas também o sul da Índia. Constantino de Sá de Noronha anulou-o porque encarou a situação do Sri Lanka de maneira global e sabia que o desenvolvimento em Kotte estava intimamente ligado à situação em Jafanapatão.<sup>77</sup>

A colonização de Jafanapatão realizava-se de maneira parecida àquela das áreas cingalesas, o arrendamento (*foro*) por terra também alcançava 12%. Prosseguia, porém, muito lentamente, uma vez que a península não era economicamente tão interessante como Kotte. Não havia ali canela nem palmeiras areca, mas prevaleciam coqueiros, palmeiras de Palmira e bananeiras. Estabeleciam-se, portanto, ali apenas vários aventureiros portugueses e poucos funcionários, mercadores e artesões. No entanto, as propostas de Lançarote de Seixas Cabreira, capitão-geral de Jafanapatão, e Ambrósio Freitas da Câmara, antigo *vedor da Fazenda* no Sri Lanka, de colonização maciça da península pelos colonos portugueses foram discutidas em Goa só em 1632.

Belchior Botelho da Silva, o membro da administração em Lisboa, advertiu, porém, que «embora se todo o Portugal mudasse ali [ou seja para o Sri Lanka], seria insuficiente para a colonização dela».<sup>78</sup> Com certeza, uma afirmação um pouco exagerada, baseada principalmente numa avaliação da área da ilha que para Botelho da Silva parecia demasiado vasta para que se pudesse povoar. Em vez disso, ele sugeriu concentrar-se na mistura mútua entre colonos portugueses e habitantes tâmuis, o que o rei requereu para as regiões cingalesas em Kotte já desde 1607–1608 no âmbito do plano para a colonização do Sri Lanka.<sup>79</sup> Os tâmuis foram considerados relativamente pas-

---

<sup>77</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Jaffna under the Portuguese*, Colombo, 2005, pp. 6-9.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p. 26.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, pp. 24-27.

sivos e militarmente pouco hábeis, por isso esperavam-se resultados melhores dos que tinham sido obtidos em Kotte.<sup>80</sup> Apesar de que os rendimentos do Estado em Jafanapatão tivessem aumentado 55% em comparação com a situação em 1619, graças à introdução do tabaco, ao crescimento dos impostos e à relutância dos nativos face às insurreições, o que permitiu apoiar financeiramente a administração do capitão-geral em Colombo, os resultados colonizadores permaneceram medíocres. A região carecia da canela e não atraía, portanto, os colonos portugueses. Em 1634–1636, finalmente, os projetos para a colonização da península de Jafanapatão foram descartados em Goa.<sup>81</sup>

Agora vamos ver quantos habitantes Portugal tinha na época que nos interessa, ou seja, na transição do século XVI e XVII, e quantos portugueses no total partiram em direção à Ásia para podermos obter pelo menos uma ideia geral de quantos habitantes pudessem estar disponíveis para estabelecer-se no Sri Lanka. Segundo o primeiro censo dos anos 1527–1532, só entre 1 250 000 e 1 500 000 pessoas viviam em Portugal. Este número aumentou apenas ligeiramente até ao final do século XVI e não ultrapassou, com certeza, o limite de 2 milhões. Na metade do século XVII diminuiu outra vez e aproximou-se ao número original. No período dos anos 1580–1640, em média 5 500 portugueses saíam a cada ano para o ultramar. Ao todo 330 000 pessoas abandonaram o seu país.<sup>82</sup> Em média, entre 1580-1630, 2 300-2 400 portugueses chegavam por ano a Goa, que, neste momento (desde 1584), funcionava como o único destino dos veleiros vindos de Portugal em direção à Ásia.<sup>83</sup> Eram, principalmente, homens jovens solteiros ao serviço da Coroa, quer marinheiros ou soldados, quer oficiais

---

<sup>80</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, p. 237.

<sup>81</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Jaffna under the Portuguese*, pp. 34-41.

<sup>82</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e económica*, p. 307; SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R.: *Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century*, in: TRACY, James D. (org.): *The Political Economy of Merchant Empires*, Cambridge, New York, 1991, p. 318.

<sup>83</sup> VAN VEEN, Ernst: *Decay or defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, Leiden, 2000, p. 109; BOXER, C. R.: *Império Colonial Português*, Lisboa, 1977, p. 74.

ou funcionários, quer *degredados*. O número de *degredados* que partiram da cadeia lisboeta de Limoeiro para o ultramar entre 1550–1755 era em média 100 homens por ano, dos quais pelo menos 60 viajavam para a Índia.<sup>84</sup>

## OS LIMITES DA COLONIZAÇÃO DAS POSSESSÕES PORTUGUE- SAS NA ÁSIA

Os colonos portugueses foram precisos na Ásia em grandes quantidades porque esta foi e ainda é o continente mais populoso de todo o mundo. Em meados do século XVII, ali viviam cerca de 300 milhões do um total de 500 milhões de pessoas da Terra. As regiões mais densamente povoadas eram as zonas tropicais e subtropicais, nas quais se concentrava o interesse dos portugueses.<sup>85</sup> No entanto, não encontramos muitos colonos a bordo de navios porque eles procediam principalmente dos soldados veteranos e raramente dos nobres, que decidiram casar-se e estabelecer-se na Ásia. Embora a Coroa se esforçasse para mandar para o Oriente *órfãs del-Rei* e o primeiro concílio da Igreja Católica em Goa proibisse em 1567 os casamentos entre portugueses e indianos não-cristãos,<sup>86</sup> os portugueses, geralmente, procuravam as suas concubinas ou esposas entre as mulheres indígenas porque as mulheres brancas não queriam partir para as regiões úmidas e quentes da Ásia tropical e o número das *órfãs del-Rei* era bastante reduzido.<sup>87</sup>

O resultado foi a formação de uma população mestiça luso-asiática (*mestiços luso-asiáticos, topazes*), cujos membros se assemelhavam na terceira geração aos indígenas, integravam-se totalmente ao ambiente asiático e adotavam hábitos alimentares, estilo de vestir e

---

<sup>84</sup> COATES, Timothy J.: *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*, p. 81.

<sup>85</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500–1700. Uma história política e económica*, pp. 13, 14.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Luís Filipe: *Miscigenação*, in: ALBUQUERQUE, Luís de a kol.: *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, 1994, p. 744.

<sup>87</sup> SILVA, Chandra Richard de: *Beyond the Cape: The Portuguese Encounter with the Peoples of South Asia*, in: SCHWARTZ, Stuart B. (ed.): *Implicit Understandings, Observing, Reporting and Reflecting on the Encounters between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*, Cambridge, 1994, p. 305.



viver, higiene, bem como métodos locais de tratamento. Seguindo o exemplo dos habitantes locais, começaram a mascar folhas de bétel. Se eles faziam parte dos níveis sociais altos, deixavam-se transportar num palanquim conforme o costume asiático e escondiam os seus rostos sob guarda-sol, o que implicava o respeito e a honra social. Ao mesmo tempo, mantinham alguns sinais exteriores da sociedade portuguesa como os nomes portugueses, a língua portuguesa e a religião cristã que eram os elementos principais para definir a identidade portuguesa no período moderno. Neste contexto, não é muito importante que o português tenha adquirido ao longo dos anos a forma crioula e o cristianismo a forma sincrética. Aos atributos acima mencionados podemos adicionar ainda o uso das armas europeias e o hábito de usar chapéu e algumas outras partes do vestuário que, em princípio, permaneceu europeu, mas foi adaptado às condições climáticas locais.

A identidade portuguesa, portanto, não foi o resultado da origem, senão da orientação religioso-cultural, mesmo se influenciada por alguns elementos asiáticos. Do ponto de vista cultural e social, os mestiços luso-asiáticos permaneciam portugueses, mas fortemente orientalizados. O jurista holandês Hugo Grotius compreendeu-o exatamente quando disse que «o português vai ficar português independentemente da religião e do lugar que escolheu para viver.»<sup>88</sup> Diogo do Couto observou incisivamente que «a maioria dos portugueses na Índia têm os seus pais antes em Gujarat que em Trás-os-Montes».<sup>89</sup> Isto foi confirmado pelo mercenário alemão em serviços da Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oostindische Compagnie*, VOC) Johann Jacob Saar, o qual passou quinze anos no Oriente (1645–1660). Ele escreveu que «quando os portugueses chegam uma vez a algum lugar, pretendem ficar ali por toda a sua vida e não desejam mais voltar para Portugal».<sup>90</sup> Além disso, graças à pele mais escura receberam melhor proteção contra o sol equatorial, assim como as substâncias defensivas contra as doenças tropicais perigosas que mata-

---

<sup>88</sup> VAN VEEN, Ernst: *Decay or defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, p. 157.

<sup>89</sup> BOXER, C. R.: *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, p. 78.

<sup>90</sup> SAAR, Johann Jacob: *Ost-Indianische Fünfzeben-Jährige Kriegs-Dienste*, Nürnberg, 1662, 1672, cap. XV, p. 140.

vam, inexoravelmente, os europeus poucos meses depois de terem chegado aos trópicos.<sup>91</sup>

Os membros do *Conselho da Índia* tinham em mente, no início do século XVII, a igualdade dos mestiços quando declararam que «aquele que nasceu e vive em Goa, no Brasil ou na Angola é o português da mesma forma como aquele que nasceu e vive em Lisboa».<sup>92</sup> De facto, a igualdade nunca foi estabelecida e a discriminação continuou a predominar não só na sociedade, mas também na Igreja Católica Romana, embora nenhum regulamento tivesse sido dirigido contra os nativos explicitamente por causa da origem deles, senão apenas por motivos religiosos. A fé cristã prega a igualdade geral dos homens, mas esta era respeitada só no nível espiritual como a igualdade das almas.

No Império Português no período moderno nunca foi extirpada a discriminação, a qual dominava tanto na sociedade, como na Igreja. A superioridade da raça branca nunca foi posta em causa,<sup>93</sup> uma vez que «a pele branca e a pureza da alma» formavam um par indissolúvel.<sup>94</sup> As regras estritas da *limpeza de sangue* (ou *pureza de sangue*) estavam em vigor, limitando as atividades dos hereges e dos membros das *raças infectas*, ou seja, africanos pretos, mestiços, mouros, mouriscos, judeus e cristãos-novos na sociedade. A desigualdade oficial entre os asiáticos cristãos e africanos pretos de Moçambique (salvo escravos) e os portugueses estava em vigor até a legislação de 1761, a qual foi promulgada pela administração do Marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Os não-cristãos tiveram que esperar pela equalização oficial até ao estabelecimento da República Portuguesa em 1910.

Em qualquer caso, a Ásia foi no início do século XVII habitada no total por 60 000 portugueses e mestiços luso-asiáticos, mas a maioria

---

<sup>91</sup> BARRETO, Luís Filipe: *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia 1480-1630*, Lisboa, 2000, p. 93; NEWITT, Malyn: *A history of Portuguese overseas expansion 1400-1668*, p. 257; COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa: *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa. Séculos XV-XVIII*, Lisboa, 2007, pp. 98, 119, 143.

<sup>92</sup> SILVA, O. M. Cosme da: *Fidalgos in the Kingdom of Kotte, Sri Lanka 1505-1656: The Portuguese in Sri Lanka*, pp. 325-326.

<sup>93</sup> BOXER, C. R.: *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, pp. 59, 67, 124.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.

dos brancos voltaram em breve para a Europa porque não consideravam o Oriente como a sua pátria.<sup>95</sup> No último quartel do século XVI, o número total de portugueses e mestiços luso-asiáticos residentes na Ásia oscilou em torno de 14 000–16 000 pessoas,<sup>96</sup> mas, nos anos 30 do século XVII, seriam cerca de 12 000 habitantes e esse número manteve-se até ao fim do século XVII.<sup>97</sup> Trata-se apenas dos homens capazes de levar armas. Os números precisos não estão disponíveis porque, em 1755, as fontes relevantes foram destruídas pelo terramoto de Lisboa. Esses números são muito baixos porque, só na Índia, viviam no início do século XVII entre 140 e 150 milhões de pessoas.<sup>98</sup> Lazarus Nürnbergger, nascido na Alemanha, observou de maneira apropriada neste contexto que «se todos os indianos pegassem apenas um único grão de areia, cobririam por ela todos os portugueses.»<sup>99</sup>

Esta quantidade é muito baixa também em comparação com o povoamento espanhol da América. Este atingiu na década 70 do século XVI cerca de 118 000 e na metade do século XVII cerca de 650 000 colonos brancos. A diferença ainda maior entre a Ásia Portuguesa e América Espanhola surge logo quando se verifica que, destes 14 000–16 000 habitantes de origem portuguesa, apenas 5 500–6 000 eram pessoas representadas pelos *casados* brancos.<sup>100</sup> Aliás, o número deles diminuiu nos anos 30 do século XVII para 4 900 pessoas, apesar de que também os mestiços luso-asiáticos com a pele mais clara – *casados* brancos, *portugueses brancos* – tenham sido adicionados a eles. O resto era formado pelos eclesiásticos, soldados, mercenários e *topazes*, ou seja, *casados* pretos ou *portugueses pretos*. Nos anos 30

---

<sup>95</sup> EMMER, Pieter C.: *The first global war: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World 1590-1609*, in: *E-journal of Portuguese History*, 2003, vol. 1, n. 1, p. 2.

<sup>96</sup> VAN VEEN, Ernst: *Decay or defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, p. 109; RUSSELL-WOOD, A. J. R.: *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415–1808)*, Algés, 1998, p. 95.

<sup>97</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R.: *Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century*, pp. 322-323.

<sup>98</sup> BARRETO, Luís Filipe: *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia 1480-1630*, p. 15.

<sup>99</sup> KRÁSA, Miloslav; MARKOVÁ, Dagmar; ZBAVITEL, Dušan: *Indie a Indové od dávnověku k dnešku*, Praha, 1997, p. 153.

<sup>100</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e económica*, p. 313.

do século XVII viviam na Ásia 7 400 *topazes*.<sup>101</sup> Tratava-se tanto dos mestiços da pele escura, como dos descendentes dos cristãos indígenas convertidos e dos escravos africanos e asiáticos, que adotaram a identidade portuguesa apesar de que, muitas vezes, não soubessem quase nada sobre Portugal e de que, em vez deste, considerassem a Ásia como a sua pátria.

Apesar de alguns asiáticos indígenas terem sido contados entre os portugueses, o elemento português mantinha-se em nível muito baixo e os portugueses encontravam-se em minoria no *Estado da Índia*. É o resultado realmente exíguo da presença portuguesa no Oriente depois de um século, mas este resultado tem uma explicação bastante simples. Os portugueses no Oriente concentravam-se sobretudo no comércio marítimo, enquanto que os espanhóis na América se dedicavam às atividades agrícolas e mineiras. Se o *Estado da Índia* foi só um conglomerado fragmentado de cidades fortificadas, fortalezas e enclaves pequenos localizados nas costas do Oceano Índico, o Império Espanhol foi formado pelos territórios coerentes alastrados pelo interior do continente americano. O número de portugueses também foi reduzido por causa das doenças tropicais, tais como a malária e a febre amarela, e das doenças infecciosas, como o tifo e a disenteria, ou outras doenças como cólera asiática, cujas causas ainda não eram conhecidas nessa época e as pessoas, portanto, não eram capazes de se defender de maneira eficaz. Não surpreende que mais pessoas tenham morrido por causa de doenças do que em batalhas.<sup>102</sup>

Como se pode explicar que a Índia, revestida de tantas lendas duma riqueza fabulosa, tenha atraído tão pouca gente? O maior problema foi representado pelo facto de que a maioria dos portugueses, em especial os funcionários reais, em consequência do *morgadio* muitas vezes procedentes dos filhos secundogénitos ou ilegítimos da média e baixa nobreza, tinha chegado à Índia com uma única finalidade – enriquecer-se tão rapidamente quanto possível e depois voltar outra vez à sua pátria. A maioria deles, portanto, não trazia consigo as suas esposas. Uma vida ideal para eles era uma vida despreocupada

---

<sup>101</sup> COATES, Timothy J.: *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*, p. 278.

<sup>102</sup> PEARSON, Michael Nayron: *Os Portugueses na Índia*, Lisboa, 1990, pp. 106, 154.

em solo europeu e não em algum lugar distante e inóspito da Ásia tropical que para eles era um sinónimo do perigo. Muitas vezes tinham dificuldade de se adaptar aos hábitos alimentares europeus e ficavam aderidos à dieta mediterrânea baseada de pão de trigo, azeite, vinho, especiarias, frutas, verduras e frutas secas, bem como ao sistema ibérico de valores.<sup>103</sup> Não é surpreendente que procuravam tanto entrar numa das ordens militares ou nobilitar-se se quisessem alcançar o avanço social. Se finalmente deixaram pão de trigo fora da sua dieta e substituíram-no por arroz, não foi um resultado da sua adaptabilidade, mas sim da sua incapacidade de conseguir importar as quantidades suficientes de trigo.<sup>104</sup>

Aqueles que se decidiram ficar no Oriente, precisaram duma razão convincente. Tratou-se, em primeiro lugar, de *casados*, os soldados ou marinheiros portugueses aposentados que se tinham casado, ocupavam-se pelo comércio local ou pelas profissões artesanais e gozavam das vantagens que os diferenciava dos soldados, ou seja homens solteiros – isenção do serviço militar (com exceção dos casos da emergência), das obras públicas (salvo das que tiveram a ver com o reforço das defesas da cidade) e dos impostos, castigo de confiscar os bens privados apenas no caso de estarem convictos duma traição, possibilidade de desempenhar os cargos públicos ao nível municipal, direito de fazer negócios livres, etc.<sup>105</sup> Também todos os tipos de descontentes estabeleceram-se na Ásia. Eles queriam tentar, como transgressores da lei, desertores ou aventureiros, a sorte como mercados independentes, piratas ou mercenários ao serviço dos soberanos indígenas. Todos os que deixaram o território controlado pela Coroa portuguesa tornaram-se os renegados (*arrenegados, alevantados, homiziados*) aos olhos da administração portuguesa, mesmo se mantivessem a fé cristã. Passo a passo, eles iam criando um verdadeiro *império-sombra*, ie. império officioso ou diáspora comercial informal, cujo centro de gravidade estava nas margens da Baía de Bengala, da

---

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*, p. 118.

<sup>104</sup> MELLO, Evaldo Cabral de: *Olinda Restaurada (1630-1645): Guerra e Açúcar no Nordeste*, São Paulo, 2007, p. 223.

<sup>105</sup> COATES, Timothy J.: *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550-1755*, p. 129; RUSSELL-WOOD, A. J. R.: *Settlement, Colonization and Integration in the Portuguese-Influenced World 1415-1570*, in: *Portuguese Studies Review*, 2007, vol. 15, n. 1-2, p. 12.

Insulíndia e do Extremo Oriente, ou seja, nas áreas fora do controlo político e da supervisão económica do *Estado da Índia* que foi, ao contrário, o resultado sobretudo das atividades da Coroa e da nobreza portuguesa.<sup>106</sup>

A maioria dos emigrantes portugueses, tendo partido para o ultramar, rumaram em vez de à Índia, à América, tanto à parte espanhola, aberta para os marinheiros e mercadores portugueses depois da fundação da União Ibérica em 1581, como ao Brasil. No último terço do século XVI começou a «primeira revolução atlântica» durante a qual o Atlântico tornou-se em vez do Mediterrâneo o centro da economia mundial e o cruzamento das linhas do comércio marítimo mais importantes. Nessa época, mais pessoas estavam saindo, a longo prazo, de Portugal para o Brasil do que para o Oriente. Havia entre eles muitos colonos, incluindo as famílias com as crianças e as mulheres solteiras, por quais o Sri Lanka esperava infrutiferamente. Se na metade do século XVI apenas 2 000 colonos brancos viviam no Brasil, que acolheu os primeiros colonos já em 1516, mas de forma sistemática começou a ser colonizada só em 1530 em face da penetração impertuna dos franceses, no início dos anos 80 do século XVI, este número aumentou até 20 000–25 000 e por volta de 1590 até 30 000.<sup>107</sup> Isso representa quase o dobro dos habitantes presentes ao mesmo tempo numa vasta área entre a costa suáíli da África Oriental e as Molucas. Se a Ásia no primeiro quartel do século XVII acolheu anualmente em média 2 300-2 400 portugueses, muito mais portugueses, em média 3 000-5 000, chegaram ao Brasil.<sup>108</sup> É flagrante tanto mais porque o Brasil de então era representado apenas por uma estreita faixa do litoral entre São Vicente e Paraíba (do Norte) que não chegou a mais de 70 km para o interior. Devido à baixa densidade populacional, o Brasil tornou-se, porém, «um redemoinho ávido sugando novos colonos».

---

<sup>106</sup> DISNEY, Anthony R.: *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol. 2: *The Portuguese Empire*, Cambridge, 2009, pp. 172-203; SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500–1700. Uma história política e económica*, pp. 351-379.

<sup>107</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R.: *Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century*, p. 323.

<sup>108</sup> VAN VEEN, Ernst: *Decay or defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, p. 109; NEWITT, Malyn: *A history of portuguese overseas expansion 1400-1668*, London, New York, 2005, p. 217.

Outros portugueses partiam a serviço espanhol para a América do Sul e Central. Além disso, a base populacional de Portugal diminuiu, visto que o crescimento da população portuguesa nos anos 20 do século XVII parou devido a uma série de epidemias e fomes de 1598–1603. O número total dos portugueses no ultramar por volta de 1600 está estimado entre 100 000 e 150 000, que formavam uma diáspora portuguesa, dos quais um terço estabeleceu-se no Brasil, geograficamente ainda muito limitado, um quinto no Oriente e o resto na África Ocidental e nas ilhas atlânticas.<sup>109</sup>

O Brasil possuía, em comparação ao Sri Lanka, uma vantagem inegável – a distância muito mais curta em relação a Portugal. Aliás, a viagem de ida e volta para o Brasil demorava cerca de 7–12 meses, dependendo do porto escolhido, enquanto que para a viagem de ida e volta para a Índia e para as costas era preciso cerca de 18 meses.<sup>110</sup> A viagem para o Brasil não era apenas mais curta, mas também mais cômoda. Por outro lado, a *Carreira da Índia* tinha até o século XVIII a reputação desfavorável por motivo do nível alto de mortalidade causada por falta da higiene a bordo de navios e pelas doenças infecciosas e diarreicas. A morte de entre 30 e 50 % da tripulação durante a viagem para o Oriente não era nenhuma exceção,<sup>111</sup> apesar de que no século XVI tenha sido em média só 10%.<sup>112</sup> Era um percurso naval mais longo e difícil no período dos veleiros. A América Portuguesa, porém, podia orgulhar-se ainda de outras vantagens – duma economia de cana-de-açúcar rapidamente crescente já desde os meados do século XVI, assim como duma vida em paz, exceto os conflitos com as tribos indígenas na periferia. Por outro lado, no Sri Lanka havia um estado de guerra quase permanente. Como um fator importante

---

<sup>109</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R.: *Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century*, p. 318; SUBRAHMANYAM, Sanjay: *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e econômica*, p. 307.

<sup>110</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R.: *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415–1808)*, pp. 56-59.

<sup>111</sup> VAN VEEN, Ernst: *Decay or defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, p. 17; COATES, Timothy J.: *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português 1550 1755*, p. 123.

<sup>112</sup> NEWITT, Malyn: *A history of portuguese overseas expansion 1400-1668*, p. 111.

parece ser também o povoamento relativamente escasso do território brasileiro onde a população indígena vivia em isolamento virtualmente ao nível da Idade da Pedra. Pelo contrário, o Sri Lanka era o centro da cultura cingalesa antiga, cosmopolita (ie. aberta às influências tâmulas, malaialas e outras da Índia) e devidamente orgulhosa.

O clima agradável e o comércio livre também se encontravam entre as vantagens brasileiras, mas isto é válido mais em comparação entre o Brasil e à Ásia em geral. Por outro lado, em comparação com o Sri Lanka, não havia diferença tão grande. Ambas as regiões são influenciadas na costa pelo clima tropical. Apesar de que no Sri Lanka, no norte, leste e sudeste a terra seja relativamente seca, porque chove ali muito, embora apenas por um curto tempo, e apesar de que o clima húmido só possa ser encontrado no sudoeste, até dois terços de ilha são regados em média pela precipitação anual maior do que a da costa do Brasil e da maioria de Portugal. A agricultura era viável mesmo nas regiões áridas graças ao sistema da irrigação. Em relação ao comércio, o rei mantinha em ambas as regiões o controlo do comércio com algumas mercadorias – no Brasil, pau-brasil<sup>113</sup> e metais preciosos foram declarados como o monopólio real, enquanto que no Sri Lanka canela (desde 1615), elefantes, pedras preciosas e pérolas.

Embora nem todos estes argumentos resultem a seu favor, não se pode negar que o Brasil atraía mais os portugueses por volta de 1600 realmente do que o Sri Lanka. No entanto, a importância do Brasil ia aumentando só passo a passo, porque em 1588 o país providenciou apenas 2,3 a 3,3% das rendas totais da Coroa<sup>114</sup> e, em 1607, o comércio com o Oriente trouxe ainda lucros maiores do que o comércio com o Brasil.<sup>115</sup> O *Estado da Índia* começou a ser subsidiado regularmente de Lisboa desde o início do século XVII porque o seu orçamento deixou de ser equilibrado.<sup>116</sup> O processo da *atlantização* do Império Por-

---

<sup>113</sup> Também pau-de-pernambuco. Foi adquirido da árvore *Caesalpinia Echinata*.

<sup>114</sup> JOHNSON, Harald B.: *La colonización portuguesa del Brasil (1500-1580)*, in: BETHELL, Leslie (ed.): *Historia de América Latina*, vol. I, Barcelona, 1990, p. 233.

<sup>115</sup> BETHENCOURT, Francisco: *A administração da Coroa*: in: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti N. (org.): *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império 1415-1570*, vol. I, Lisboa, 1998, p. 400.

<sup>116</sup> DISNEY, Anthony R.: *Twilight of the Pepper Empire. Portuguese Trade in Southwest India in the Seventeenth Century*, Cambridge, Massachusetts, London, 1978, p. 61.



tuguês, cuja origem remonta à década de 70 do século XVI, quando já 50% das receitas da Coroa provinha do espaço atlântico,<sup>117</sup> culminou no final dos anos 40 do século XVII com a defesa mais intensa do Brasil em detrimento da proteção das possessões asiáticas. Portugal já não era capaz de suportar o peso da guerra em vários lugares ao mesmo tempo. É preciso também recordar que Portugal devia defender as suas fronteiras europeias contra a invasão espanhola (1640–1668) cujo objetivo era restaurar o domínio espanhol em Portugal, que promulgou a sua independência em 1640 depois de ter feito parte da União Ibérica durante 60 anos.<sup>118</sup> O Brasil transformou-se finalmente na verdadeira pérola na coroa do Império Português, realmente na assim chamada *vaca leiteira* de Portugal.<sup>119</sup>

Consciente desta situação, é preciso aceitar o fluxo cada vez menor de emigrantes portugueses para a Ásia como uma consequência inevitável. Embora a Coroa pudesse tentar canalizar, pelo menos parcialmente, o fluxo de emigrantes para o Sri Lanka, a sua política inconsistente para com o ultramar não o permitiu. É, porém, surpreendente que os portugueses depois de terem chegado à Índia não tinham nenhuma vontade a continuar para o Sri Lanka, apesar de a ilha ter sido apresentada como uma ilha paradisíaca, «uma princesa das delícias orientais».<sup>120</sup> O capitão João Ribeiro afirma que «[os habitantes] vivem muitos anos. Eu conheci e falei algumas vezes com dois, pai e filho, aquele de 120 anos, este de 90 [...] Outros conheci de quase as mesmas idades».<sup>121</sup> Ele escreve adiante que lavava-se regularmente todas as manhãs e tardes segundo o exemplo dos indígenas e não adoeceu durante 16 anos.<sup>122</sup>

---

<sup>117</sup> VAN VEEN, Ernst: *Decay or defeat?: An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, p. 28.

<sup>118</sup> WINIUS, George Davison: *India or Brazil? Priority for Imperial Survival in the Wars of the Restauração*, in: *Studies on Portuguese Asia 1495-1689*, Aldershot, 2001, pp. 8-9.

<sup>119</sup> BOXER, C. R.: *Salvador Correia de Sá e Benevides and the Reconquest of Angola in 1648*, in: *The Hispanic American Historical Review*, 1948, n. 4, p. 512.

<sup>120</sup> FARIA E SOUSA, Manuel de: *Ásia Portuguesa*, Porto, 1945–1947, vol. IV, cap XIX, p. 388.

<sup>121</sup> RIBEIRO, João: *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, Lisboa, 1989, livro I, cap. XVI, p. 42.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, livro I, cap. XIX, p. 49.

A questão é se, pelo menos no caso de Ribeiro, o supramencionado não é antes o resultado da propaganda do capitão, derivada das lendas circulantes então pela Ásia,<sup>123</sup> e também a reflexão do seu amor pelo Sri Lanka que a descrição da realidade. Ele passou ali 18 anos! Aliás, ele próprio menciona que os seus conterrâneos sofriam na ilha pelas doenças diarreicas, febres e beribéri,<sup>124</sup> doença que era causada pela ingestão unilateral de arroz descascado e limpo, principal alimento de Ásia, mas privado da vitamina B1 (tiamina). Pode-se também comprovar que as epidemias de malária, varíola e cólera eclodiam ali.<sup>125</sup> Nem o suposto «melhor pedaço da terra que o Criador pôs neste mundo»<sup>126</sup> foi livre das doenças, embora os europeus não morressem lá de jeito nenhum tanto como p. ex. na Insulíndia. Além disso, os colonos portugueses eram desencorajados por um conflito prolongado aberto ou latente que fez do Sri Lanka, de modo similar a Marrocos, segundo as palavras do cronista Manuel Faria e Sousa, «uma florescente escola de Marte».<sup>127</sup> A guerra na ilha custou entre 1590–1610 a vida de 12 000 soldados portugueses.<sup>128</sup>

Se só poucos colonos portugueses chegavam à ilha e o número de soldados portugueses foi tampouco suficiente, no início do século XVII apenas entre 400 e 700 homens,<sup>129</sup> tornou-se cada vez mais claro que era preciso contentar-se com o pouco. Isso, porém, pressupôs

---

<sup>123</sup> BARBOSA, Duarte: *Livro em que dá relacao do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, Lisboa, 1946, p. 177.

<sup>124</sup> RIBEIRO, João: *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, livro I, cap. XIX, p. 49.

<sup>125</sup> PETER, W. L. A. Don: *Lusitanian Links with Lanka*, Colombo, 1997, pp. 26-27.

<sup>126</sup> RIBEIRO, João: *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, livro II, cap. I, p. 63.

<sup>127</sup> FARIA E SOUSA, Manuel de: *Ásia Portuguesa*, vol. VI, p. 19.

<sup>128</sup> SILVA, O. M. Cosme da: *Fidalgos in the Kingdom of Kotte, Sri Lanka 1505-1656: The Portuguese in Sri Lanka*, p. 322; PIERIS, Paulus Edward: *Ceylon and the Portuguese 1505-1658*, Delhi, 1986, p. 170.

<sup>129</sup> O emissário holandês mencionou em 1612 900 soldados. Cf. FLORES, Jorge Manuel; NEVES, Carlos Agostinho das; MATOS, Artur Teodoro: *A Repressão contra os Escravos de São Tomé (1595) e a Guerra em Ceilão (1587–1617)*, in: ALBUQUERQUE, Luís de (ed.). *Portugal no Mundo*, sv. III, Lisboa, 1989, p. 110. Também QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro III, cap. XV, p. 495, livro III, cap. XXIX, p. 612; *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 57-61, vol. II, p. 342; RIBEIRO, João: *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, livro I, cap. XIII, p. 35.

a manutenção das relações amistosas com a população cingalesa e tâmul cujo número se estima a 750 000 a 1 300 000,<sup>130</sup> o que excedeu significativamente 7 000 colonos portugueses. As relações amistosas permitiam a criação da numerosa população mestiça e tornavam a população indígena leal ao rei português. A necessidade da colaboração com o povo indígena foi sublinhada já pelo cronista António Bocarro.<sup>131</sup> Vamos, portanto, agora chamar a atenção para a maneira como os portugueses encaravam os indígenas no Sri Lanka e vice-versa e vamos tentar descobrir se tinham alguma chance de não só sobreviver na ilha a longo prazo, mas também de construir uma colónia forte e viável e talvez uma nação nova.

## **A TENTATIVA DE CONVIVÊNCIA ENTRE AS CIVILIZAÇÕES PORTUGUESA E CINGALESA**

Durante a leitura das páginas de muitas crónicas portuguesas dos séculos XVI e XVII, ou de ainda mais tarde, as alusões muito frequentes à ferocidade, barbaridade, instabilidade, maldade, traição e covardia cingalesa surpreendem-nos. Pode-se deduzir que os portugueses consideravam os cingaleses como os homens não muito confiáveis. Trata-se, sem dúvida, duma prova da convicção da exclusividade da nação portuguesa nascente, ora pela graça de Deus, que (segundo a lenda do séc. XIV) já no campo de Ourique (1139) devia confiar a ela uma prioridade entre todos os cristãos e uma tarefa do alcance verdadeiramente universal – cristianizar os habitantes de todo o mundo,<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> No início do século XVI viviam no Sri Lanka cerca de 750 000 habitantes e no fim do século XVII aprox. 1 300 000 pessoas. Cf. BARRETO, Luís Filipe: *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia 1480-1630*, p. 32; SERRÃO, José Vicente: *The Portuguese land policies in Ceylon: On the possibilities and limits of a process of territorial occupation*, in: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia; MIRANDA, Susana Münch (ed.): *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*, p. 184.

<sup>131</sup> BOCARRO, António: *Livro das Plantas*, p. 220.

<sup>132</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R.: *A ideia imperial manuelina*, in: DORÉ, André; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (org.): *Facetas do império na história: conceitos e métodos*, São Paulo, 2008, pp. 88-91; BOXER, C. R.: *O Império Colonial Português*, pp. 413-416.

ora pela crença na superioridade racial da pele branca ou, em geral, mais clara, embora oficialmente não exprimida.<sup>133</sup> Esta crença sobrevivia na sociedade portuguesa de forma latente, mas de vez em quando manifestava-se. Por exemplo, o capitão João Ribeiro ficou tão indignado pela traição de quatro *modeliães* cingaleses, criados e educados no ambiente português que em 1630 tinha provocado uma derrota catastrófica dos portugueses na batalha de Randeniwela, que dizia: «Negros são, finalmente, todos os nossos inimigos».<sup>134</sup>

Um agostiniano Agostinho de Azevedo escreveu já na década 80 do século XVI na sua obra do *Estado da Índia e aonde tem o seu princípio* que se tratava de «habitantes mais falsos e traiçoeiros que viviam em toda a Índia [em termos da Ásia]».<sup>135</sup> Os cronistas posteriores Diogo do Couto, António Bocarro e Fernão de Queirós compartilhavam desta opinião. Ela foi tão difundida entre os portugueses que o rei de Kandy Senarat, quando em 1617 tentou estabelecer as negociações de paz com os portugueses, conseguia persuadi-los somente com problemas grandes porque eles consideravam o seu esforço como ardil. Teve que ocupar por força a fortaleza Balana (Balane) e tratar pacificamente a guarnição dela. Queirós menciona no seu trabalho uma «perfidia natural»<sup>136</sup> dos cingaleses, Constantino de Sá de Miranda afirma que são «mentirosos grandes».<sup>137</sup> Aliás, como se pode explicar que as revoltas dos cingaleses contra o seu soberano legítimo se repetissem sempre e que os cingaleses abandonassem em massa a fé cristã, uma vez adotada?<sup>138</sup> E como justificar a recusa das batalhas

---

<sup>133</sup> BOXER, C. R.: *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*, p. 124.

<sup>134</sup> RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro II, cap. I, p. 90.

<sup>135</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, p. 229.

<sup>136</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro IV, cap. XX, p. 753.

<sup>137</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Olhos do Rei. Desenhos e descrições portuguesas da ilha de Ceilão (1624, 1638)*, p. 162.

<sup>138</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. XIV, p. 100, vol. I, livro II, cap. XX, p. 316, vol. II, livro III, cap. XVII, pp. 507-508; STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, pp. 170, 223, 225.

de campo pelos cingaleses em favor dos ataques de tocaia desonestos e não cavalheirescos?<sup>139</sup>

No entanto, se olharmos com maior atenção, podemos apurar que por detrás dos juízos negativos originais encontram-se avaliações bastante positivas. Os cingaleses foram muitas vezes considerados como meras vítimas das autoridades portuguesas. Isso é verdade, embora ignoremos a ausência do uso de veneno, um dos meios mais traiçoeiros de todos, pelos cingaleses. A aplicação de veneno resultaria no desaparecimento dos portugueses, aliás não muito numerosos, do Sri Lanka,<sup>140</sup> como, de maneira sorridente, observou Queirós. Os portugueses pensavam muitas vezes que os cingaleses eram as vítimas do tratamento inconveniente e cruel da parte dos soldados portugueses e da injustiça e insultos da parte da administração portuguesa.<sup>141</sup> Queirós diz abertamente que «uns e outros causaram que o nome português era odiado por causa da violência, adultério e deboche deles, o que levou a um grande sofrimento desta nação orgulhosa que preferia viver livremente na selva e nas montanhas com os animais selvagens do que se acomodar a tal brutalidade».<sup>142</sup> O comportamento inadequado dos soldados portugueses resultou do facto de que muitos deles vinham como *degradados*, e duma crença segundo a qual os Dez Mandamentos não se aplicavam nas áreas ao sul do equador – simplesmente, não é pecado lá.

Apesar de os cingaleses terem sido inicialmente designados como guerreiros de má qualidade, amantes da «tranquilidade, comida sabo-

---

<sup>139</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. XIV, p. 99, vol. III, livro VI, cap. IX, p. 1062; PERERA, C. Gaston: *Kandy Fights the Portuguese: A Military History of Kandyan Resistance*, Colombo, 2007, pp. 40, 157, 166.

<sup>140</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. XIV, p. 100.

<sup>141</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 8-10, vol. III, livro XVI, pp. 54-59; AHU, Cx. 3, 23. 4. 1614, f. 2v, 3, Cx. 4, 9. 10. 1615, f. 2v, 3; QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro IV, cap. I, p. 620; STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, p. 222.

<sup>142</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro IV, cap. I, p. 620.

rosa e pouco trabalho»<sup>143</sup> «mui viçosos, não entendem em coisas de armas, nem as têm»,<sup>144</sup> muito menos as modernas, como anotaram Duarte Barbosa e Joris van Spilbergen, as suas habilidades iam começando, passo a passo, a ser reconhecidas. Diogo do Couto observou que originalmente «neste tempo nenhuma espingarda havia em toda a ilha, e depois, que nós os portugueses nela entramos com a continuação da guerra que lhe fizemos se vierão [ie. os cingaleses] a fazer tão destrosos como hoje estão, e a fundir a melhor e a mais formosa artilharia do mundo, e fazer melhores espingardas, que as nossas».<sup>145</sup> Que elogio verdadeiramente extraordinário! O cronista João Rodrigues de Sá e Menezes acrescenta que «tan poderoso es el ejercicio, que de cobardes hace valerosos, y de incultos disciplinados».<sup>146</sup> Ele sabia do que falava porque o seu pai, o capitão-mor Constantino de Sá de Noronha, morreu na batalha de Randeniwela contra o exército de Kandy. Em outro lugar escreve que «a habilidade com que eles atiram setas é admirável.»<sup>147</sup> António Bocarro afirma que os soldados cingaleses «lutaram com coragem e determinação excepcionais».<sup>148</sup> Queirós assente com a cabeça apreciavelmente quando diz como os cingaleses «continuam a travar a guerra com o objectivo de defender com insistência a sua independência [...] e não pode ser dúvida de que, se eles se comportassem a nós como os portugueses comportavam-se a eles, e desejassem submeter-nos completamente, chamaríamos a bravura e a coragem o que agora denominamos a traição».<sup>149</sup> Neste depoimento curto está dito quase tudo. Queirós percebeu a verdadeira essência da resistência cingalesa e dos juízos negativos frequentemente feitos pelos portugueses, os quais, porém, em muitas páginas da sua obra

---

<sup>143</sup> SPILBERGEN, Joris van: *De reis van Joris van Spilbergen naar Ceylon, Atjeh en Bantam 1601-1604*, p. 57.

<sup>144</sup> BARBOSA, Duarte: *Livro em que dá relacao do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, p. 177.

<sup>145</sup> Anexo ao *Livro das Cidades e Fortalezas*, p. 123.

<sup>146</sup> MENESES, João Rodrigues de Sá e: *Rebellion de Ceylan y los Progresos de su Conquista en el Gobierno de Constantino de Saa y Noronha*, cap. III, p. 44.

<sup>147</sup> Idem, ibidem, cap. X, p. 148.

<sup>148</sup> BOCARRO, António: *Década XIII*, Lisboa, 1876, vol. II, cap. CXII, p. 499.

<sup>149</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. XIV, pp. 100-101.

mencionou porque, como cristão convicto, crente na providência de Deus, não podia agir doutra maneira.

Os juízos positivos nos textos portugueses referem-se não só à arte de guerra cingalesa, mas também aos outros aspetos da vida. A religião representa uma exceção, porque os portugueses consideravam o budismo e o hinduísmo, em especial as manifestações da sua forma popular, como mera superstição e idolatria cega, mesmo as obras diabólicas.<sup>150</sup> No entanto, eles repararam que os aderentes de ambas as religiões não negavam de modo algum a existência duma força sobrenatural, ou seja, de Deus. A apostasia do cristianismo, que ocorria, principalmente, entre os convertidos que tinham sido batizados quando adultos, era considerada pelos portugueses como um pecado imperdoável. É, porém, verdade que a escassez de gente forçou os portugueses muitas vezes a permitir a volta dalguns renegados cristãos que demonstravam interesse. Queirós refere-se, pelo menos, à moral admiravelmente alta dos cingaleses que lhes permitia evitar o uso de chaves para fechar as suas casas porque eles não deviam preocupar-se com ladrões.<sup>151</sup> Apesar de que, antes de mais nada, isso tenha sido resultado de castigos desumanamente cruéis estipulados para os ladrões e bandidos, é digno de reconhecimento. O capitão Ribeiro relembra as habilidades médicas excelentes dos cingaleses, afirmando que eram, supostamente, capazes de curar o câncer dentro de só oito dias. Ele menciona também a limpeza dos cingaleses e a beleza e a arte culinária das suas mulheres.<sup>152</sup>

Qualquer que seja o olhar português sobre os cingaleses e tâmuis, positivo ou negativo, não era de modo algum tingido etnicamente como poderia parecer à primeira vista. Como foi dito já várias vezes, a nação formou-se só lentamente durante a Idade Moderna. Foi baseada nos mitos da origem comum, na história, cultura, língua e religião compartilhada, ou na ideia de Estado amplamente reconhecida e no mito nacional. A definição da nação para com o elemento estrangeiro e hostil desempenhava o papel crucial. Em cada região, o outro ele-

---

<sup>150</sup> BOXER, Charles Ralph: *A Igreja militante e a expansão ibérica 1440-1770*, Lisboa, 1978, p. 67.

<sup>151</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. III, p. 23.

<sup>152</sup> RIBEIRO, João: *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, livro I, cap. XIX, pp. 42, 49.

mento foi enfatizado, mas a consciência pré-nacional foi sempre mantida principalmente pela elite política do país.<sup>153</sup> Na Europa da Idade Moderna, os habitantes identificavam-se antes com a cidade ou região natal que com o país ou mesmo com o continente. O sentimento de ser uma parte integrante da sociedade cristã (*Respublica Christiana*) era até ao século XVI mais importante do que a ideia da Europa geográfica e culturalmente unificada.

Em Portugal, a consciência da própria identidade foi moldada durante a Idade Média em decorrência do contraste em relação aos Árabes e Bereberes muçulmanos, presentes na Península Ibérica desde 711. A sua formação foi originalmente concentrada na região ao norte do rio Douro, minimamente influenciada pelos muçulmanos, e foi incentivada pelo facto de que Portugal fora um dos primeiros países europeus que atingiu as suas fronteiras atuais (encerramento da *reconquista*, 1249; tratado de Alcañices, 1297) o que facilitou a sua unificação política, linguística e cultural. A estabilidade das fronteiras portuguesas está ligada à situação geográfica desta parte da Península Ibérica – a fronteira leste de Portugal é formada em 70% pelos rios Tejo, Douro e Guadiana. Além disso, a língua portuguesa foi imposta em aproximadamente 1300 como a língua oficial do Estado em vez do latim. A consciência da identidade portuguesa cristalizou-se muito cedo, já no fim do século XIV, durante o conflito com a Castela. O monarca castelhano tentou anexar o território português com base nos direitos dinásticos decorrentes dos casamentos entre os membros das famílias reais de Portugal e Castela, mas foi derrotado na batalha de Aljubarrota (1385).

A identidade portuguesa continuava a formar-se durante a expansão ultramarina nos séculos XV e XVI graças aos encontros com comunidades étnica e culturalmente diferentes. Não significou, de nenhuma maneira, um isolamento estrito. Por outro lado, várias culturas misturavam-se, os conhecimentos e as ideias trocavam-se, em breve houve o enriquecimento mútuo. A experiência não-europeia dos portugueses contribuiu para que a identidade portuguesa se tornasse um conceito bastante vago – quem se tivesse convertido ao catolicismo e decidido a tornar-se súbdito do rei português, era, geralmente, considerado como português, mesmo se tivesse nascido na Espanha ou na Itália

---

<sup>153</sup> SCHULZE, Hagen: *Stát a národ v evropských dějinách*, Praha, 2003, pp. 95-136.



ou proviesse dos indígenas convertidos. Isso foi válido tanto para soldados e marinheiros como para os jesuítas e outros missionários.<sup>154</sup>

Graças à formação pronta da consciência nacional, Portugal podia aproveitar as vantagens dos estados da Idade Moderna como um dos primeiros países europeus. Entre elas, pode-se encontrar a delimitação exata das fronteiras, embora ainda muito porosas e mantidas fiscalizadas apenas em áreas de conflito onde, na verdade, representavam as linhas defensivas. Além disso, pode-se aludir à integridade territorial, ao governo central forte, à homogeneidade estatal e étnica e à religião única. A posição espanhola dominante na União Ibérica (1580–1640) levou à aparição do nacionalismo cultural e linguístico e patriotismo regional português que, em 1640, ou seja, depois da desintegração da União Ibérica, possibilitava que os portugueses não se chamassem mais espanhóis, no sentido de toda a *Hispania* (daqui Hespanha, Espanha), o que foi o nome para a península Ibérica na Antiguidade, na época visigoda e de novo desde o fim do século XII, e definitivamente se emancipassem.

A formação do sentimento da autoidentificação no Sri Lanka realizava-se de forma parecida. A presença portuguesa e a difusão do cristianismo deram uma grande contribuição a este processo que ajudava os indígenas a estarem conscientes de si próprios. Em relação a isso, tinha importância considerável o facto de que o reino de Kandy ficasse na ilha o último reino indígena independente, devido às atividades portuguesas. Uma única autoridade central foi sempre difícil de impor na ilha, o que não era apenas o resultado do mapa étnico muito variado – a norte em Jafanapatão, encontravam-se os tâmeis dravídicos, a sul deles, viviam os *Vaddas* (*Veddas*) australóides, caçadores e colectores, os quais foram descritos pela primeira vez pelo soldado português Constantino de Sá de Miranda, mas, sobretudo, os cingaleses indo-árnicos que habitavam ao centro e ao sul da ilha. Essas etnias diferiam não só pela sua origem, mas também pela língua, costumes e religião. No século XVI, só entre os cingaleses havia uma variedade de Estados mais ou menos autónomos, cujos monarcas reconheciam só nominalmente a soberania do rei de Kotte como um detentor do título originalmente indiano *chakravarti*. Ele foi desde o século XIII ligado

---

<sup>154</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Victor Luís Gaspar: *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, 1992, p. 262.

à realeza do Sri Lanka (desde 1412 em Kotte) e abraçou a soberania indireta sobre todo o Sri Lanka. A influência régia de Kotte alargava-se na ilha com dificuldades enormes por motivo das selvas densas e da ausência de um sistema de irrigação, o que contribuíra à centralização dos primeiros impérios Anuradhapura e Polonnaruwa na parte central e setentrional mais seca do Sri Lanka, mas que deixara de ser preciso depois de o centro de poder se deslocar para sudoeste da ilha, onde era mais húmido.<sup>155</sup> A unidade do Estado tinha que ser, portanto, constantemente renovada na luta contra o caos e a desordem social. As fronteiras entre os Estados cingaleses eram indefinidas e, em boa parte, apenas teóricas, ninguém requereu a sua definição exata.<sup>156</sup>

Embora os cingaleses fossem étnica, cultural, linguística e religiosamente relacionados de modo que seja possível descrevê-los como uma nação cultural e a tese de uma consciência nacional cingalesa nascente seja aceita,<sup>157</sup> contudo, o processo foi muito lento. A população no Sri Lanka mantinha, inicialmente, relação mais estreita com o seu lar, ou seja, com as províncias, cidades, vilas e aldeias, do que com o grupo étnico em geral. Tratava-se duma identidade local e duma espécie do patriotismo no sentido limitado, ligado ao ambiente tradicional religioso-cultural da tolerância e vida cosmopolita. Portanto, é difícil definir o grupo étnico cingalês do século XVI como uma categoria exata, nem pelo território habitado, nem pela lealdade política. Para conseguir isso, mais alguma coisa era preciso – um inimigo comum cuja presença acelerasse o processo da formação da autoconsciência cingalesa. Isso foi evidente sobretudo durante o reinado de Rajasinha I de Sitawaka (Seitavaca) e no período de Kandy, ou seja, a partir dos anos 80 do século XVI. No período de Kandy, a importância da subordinação e da lealdade ao rei começou a crescer porque ele era o único soberano indígena no Sri Lanka.

Em base ao supramencionado, pode-se dizer que as rebeliões, muito amaldiçoadas pelos portugueses, foram, de facto, apenas as forças centrífugas tradicionais que se manifestavam duma forma dife-

---

<sup>155</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Os portugueses e o Mar de Ceilão: trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, p. 90.

<sup>156</sup> BARROS, João de: *Década Terceira*, Lisboa, 1777, livro II, cap. I, p. 118.

<sup>157</sup> ROBERTS, Michael: *Sinbalaness and its Reproduction 1232-1818*, in: *The Sri Lankan Republic at 40: Reflections on Constitutional History, Theory and Practice*, parte I: *Constitutional Theory*, Colombo, 2012, pp. 258, 268.

rente e eram reforçadas pelo governo um pouco mais despótico e mais centralizado do que os cingaleses tinham conhecido até então. No entanto, não é possível falar sobre nenhum movimento deliberado da nação consciente.<sup>158</sup> Alguma afinidade étnica, cultural, linguística e religiosa entre os cingaleses dos impérios de Kotte, Kandy e outros não pode ser negada,<sup>159</sup> mas a ideia da solidariedade geral entre eles não pode ser, naturalmente, aceite. Na verdade, havia apenas uma mistura de membros das elites políticas e militares que lutavam entre si pelo poder e pela influência e aos quais serviam alguns *lascarins* infinitamente leais. Estas relações são melhor vistas nas rebeliões dos *lascarins* – no exército português desertavam só aqueles, cujos líderes o tinham feito também, porque eles só seguiam o exemplo e a ordem deles. Os rebeldes podiam voltar com a mesma facilidade de novo ao campo português.<sup>160</sup> Neste lugar, é possível apontar também o conflito entre os rebeldes e o rei de Kandy. Os insurgentes orientavam-se ao reino de Kandy, no qual viam o protetor das antigas tradições budistas. O objetivo principal dos primeiros soberanos do reino de Kandy da dinastia fundada em 1592 (Vimala Dharma Surya I e Senarat), porém, não era a expulsão dos portugueses do Sri Lanka, o que procuravam os rebeldes, senão apenas a proteção das fronteiras do Estado e o seu desenvolvimento pacífico. Os reis sabiam muito bem que o reino de Kandy era muito mais pobre e menos povoado do que as planícies férteis a sudoeste da ilha controladas pelos portugueses e por isso uma política defensiva parecia-lhes a única solução razoável. Esta política pacífica foi alterada para a agressiva só por Rajasinha II, que aproveitou a aliança com os holandeses.<sup>161</sup>

É evidente dos parágrafos anteriores que quanto mais os portugueses continuavam familiarizando-se com o Sri Lanka, tanto mais se multiplicavam os seus juízos negativos superficiais sobre os habitantes da ilha. Isso era principalmente uma consequência da frustração que resultou do esforço infrutífero pela conquista militar de toda a

---

<sup>158</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, pp. 221, 222, 231, 239.

<sup>159</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, p. 48.

<sup>160</sup> PERERA, C. Gaston: *Kandy Fights the Portuguese: A Military History of Kandyan Resistance*, p. 73.

<sup>161</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, p. 225.

ilha e do esforço do reino de Kandy para equilibrar a superioridade militar portuguesa através do uso da tática de guerrilha, ou seja duma série de estratégias, emboscadas e armadilhas.<sup>162</sup> Além disso, esses juízos eram baseados na incompreensão das diferenças da civilização e cultura cingalesas. O desenvolvimento semelhante duma avaliação positiva que se ia mudando em negativa pode ser encontrado mais durante os séculos XVI e XVII. Mencionemos as descrições portuguesas dos habitantes indígenas no Brasil e Angola.<sup>163</sup> Pode-se, portanto, dizer que era, em certa medida, uma consequência das comparações incessantes das culturas extraeuropeias com a sociedade europeia e da incapacidade de compreender estas culturas dentro do seu ambiente próprio.

Mas voltemos ainda às diferenças entre a civilização portuguesa e cingalesa. Mencionemos, por exemplo, a agricultura. Apesar de a agricultura portuguesa nunca ter sido muito desenvolvida e de que o cuidar de videiras, citrinos e oliveiras não fosse muito difícil, os lavradores cingaleses aproveitavam principalmente as frutas das árvores e palmeiras pouco exigentes como canela, coqueiro e palmeira areca, enquanto que a maior parte do arroz devia ser importada. Por isso, o capitão Ribeiro pôde escrever que «são muito preguiçosos no cultivar, porquanto o mato lhes dá de comer em abundância; somente necessitam do sal».<sup>164</sup> O mesmo tinha em mente também Queirós que observou que «por causa do clima e da riqueza da terra que é muito fértil [...] não se preocupavam com a agricultura».<sup>165</sup> Os outros habitantes da Ásia foram avaliados da mesma forma. P. ex. os malaios estavam «para este serviço [ie. para a lavoura] alegadamente muito preguiçosos e descuidados».<sup>166</sup> Segundo os autores portugueses, o

---

<sup>162</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. III, livro VI, cap. IX, pp. 1062-1063.

<sup>163</sup> BETHENCOURT, Francisco: *O contacto entre povos e civilizações*, in: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti N. (org.): *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império 1415-1570*, vol. I, Lisboa, 1998, pp. 104-107.

<sup>164</sup> RIBEIRO, João: *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, livro I, cap. XIX, p. 42.

<sup>165</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. III, p. 22.

<sup>166</sup> PINTO, Paulo Jorge de Sousa: *Portugueses e malaios: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, 1997, p. 184.

clima quente e húmido e a fertilidade extraordinária do solo podem ter causado não só a preguiça,<sup>167</sup> mas mesmo instabilidade e escurecimento da mente e pode ter corrompido a natureza humana.<sup>168</sup> Esta opinião foi advogada já na década 40 do século XVI pelos defensores da expansão portuguesa na África do Norte os quais afirmavam que na Índia (no sentido da Ásia) os portugueses tornavam-se homens corruptos e efeminados.<sup>169</sup>

Os portugueses não estavam dispostos a aceitar que algum grupo étnico asiático pudesse ser equivalente a eles pelas raízes culturais antigas. Eles consideravam-se como os descendentes do Luso, uma figura mitológica e um companheiro do Baco, deus romano do vinho e da alegria. O rei português colocava-se corajosamente no mesmo nível que o imperador chinês, que se chamava o *Filho do Céu* e considerava o seu Estado como o centro do mundo. Os cingaleses eram denunciados como muito arrogantes e orgulhosos quando se atreviam a afirmar que o seu soberano era da procedência celeste, que a origem do seu reino remontava aos tempos antigos e que o seu povo estava acostumado à vida em liberdade por muito tempo.<sup>170</sup> O desejo cingalês de não se sujeitar a qualquer governo estrangeiro, ou, pelo menos, a um governo estrangeiro direto,<sup>171</sup> não do ponto de vista da soberania indireta, é confirmado por Bocarro no seu *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, no qual diz que «o desejarem rei e governo natural da sua mesma nação seja uma inclinação natural a todos os do mundo».<sup>172</sup> E em outra passagem, desta vez nas sua *Década*, acrescenta: «Esta gente, tão pobre que o mais velho pedaço de panela quebrada estimam e guardam, é contudo tão suberba e infiel que não há poder

---

<sup>167</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. II, livro IV, pp. 81-86.

<sup>168</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, p. 230.

<sup>169</sup> PEARSON, M. N.: *Os Portugueses na Índia*, p. 152.

<sup>170</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. III, p. 21.

<sup>171</sup> Os reis de Kotte foram sujeitos como vassalos aos soberanos do reino Chola e Vijayanagar, aos imperadores chineses e aos rajas de Colão.

<sup>172</sup> BOCARRO, António: *Livro das Plantas*, p. 220.

domá-los e sujeitá-los». <sup>173</sup> O cronista Queirós falou sobre «um espírito corajoso deste povo contra o domínio estrangeiro». <sup>174</sup>

O desejo cingalês persistente pela liberdade implica no fracasso do esforço português pela transição pacífica e contínua do governo indígena para o governo português controlado de Lisboa distante. É preciso perguntar-se por que o plano português finalmente falhou. A influência religiosa e cultural portuguesa na ilha alcançou inegavelmente uma extensão considerável. Em 1606–1607, 30 000 cristãos são mencionados, <sup>175</sup> em 1628–1629 entre 50 000 e 70 000 cristãos e em 1638 100 000 cristãos. <sup>176</sup> Na península de Jafanapatão, em 1634 deviam viver entre 75 000 e 115 000 cristãos convertidos. <sup>177</sup> Esses números fazem crer que a população cristã no Sri Lanka nos anos 30 do século XVII representava a maioria da população da península de Jafanapatão e da ilha de Manar e cerca da metade da população no território do antigo reino de Kotte. As regiões fronteiriças do antigo reino de Kotte, o território do reino de Kandy e a região de Vanni, no entanto, continuaram a ser predominantemente budistas e hindus.

Nos anos 40 e 50 do século XVII, encontramos em todo o Sri Lanka entre 200 000 e 250 000 cristãos convertidos <sup>178</sup> do número total de 750 000 a 1 300 000 habitantes. Eles procediam, especialmente, dos membros da elite política, ou seja, *modeliares*, e dos funcionários, os quais foram forçados a cooperar com os portugueses, assim como das comunidades pesqueiras. Os *modeliares* queriam manter os seus privilégios e muitas vezes foram adotados à fidalguia portuguesa. Os funcionários queriam ou eram forçados a cooperar com os portugueses. Os pescadores eram encarados desdenhosamente pelos budistas de modo que esperavam do batismo uma emancipação social e também, com certeza, uma proteção naval portuguesa.

---

<sup>173</sup> BOCARRO, António: *Década XIII*, cap. XCII, p. 409.

<sup>174</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro III, cap. XXI, p. 540.

<sup>175</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 57-61.

<sup>176</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, Colombo, 1972, pp. 236, 238, 241.

<sup>177</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Jaffna under the Portuguese*, Colombo, 2005, p. 54.

<sup>178</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, Colombo, 1972, p. 242.

Os números aludidos não são baixos, sobretudo se nos apercebemos que a maioria dos convertidos tinha aceitado a fé cristã sem que os portugueses tivessem usado a violência.<sup>179</sup> Deve-se, porém, acrescentar que incluem convertidos não instruídos pela crença e que não se identificavam com ela. No entanto, a partir dos anos 40 do século XVI, muitos indígenas converteram-se ao cristianismo realmente e não só de maneira superficial como está evidenciado pelo número alto de cristãos católicos no Sri Lanka ainda alguns séculos depois a partida dos portugueses,<sup>180</sup> bem como pelos exemplos dos aliados leais aos portugueses entre os cingaleses (comandantes militares Fernando Samarakone, Constantino Navaratne e Simão Correia, poeta Jerónimo Alagiyavanna Mukavetti etc.).

A atividade missionária atingiu o seu apogeu nos anos 20 do século XVII, quando na ilha reinava a paz e quando se manifestavam cada vez mais os efeitos da proibição do culto budista e das suas festividades no público, da queima pública de livros sagrados budistas, do exílio forçado dos monges budistas (Bico, Bhikkhu, Bhiksu), da exclusão do traje monástico da cor de laranja, típico da vida monástica do budismo teravada, e das restrições ao acesso dos budistas aos cargos públicos mais altos. O batismo ofereceu nesta situação uma solução que podia fazer a vida muito mais fácil para os indivíduos. Devido à legislação portuguesa, os cristãos tornaram-se, de facto, um grupo privilegiado. A cristianização foi, sem dúvida, facilitada pela construção de uma rede densa de escolas paroquiais onde se estudavam português, cingalês e tâmul, de modo que os missionários podiam ter influência sobre os indígenas desde a infância deles. O impacto positivo tinha também o favorecimento social e económico dos convertidos e a separação quase completa entre a religião budista e o sistema de castas, aplicado no Sri Lanka, ao contrário da Índia hindu, só a nível socioeconómico e servia de base para a organização da sociedade e do trabalho e para a tributação da população. Na ilha encontramos, portanto, as castas coincidindo com as unidades económicas

---

<sup>179</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, p. 209.

<sup>180</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 57–61. Na metade do século XVI e, de novo, durante o domínio holandês, o número dos católicos alcançou as 70 000 pessoas. A comunidade católica foi suportada pelos missionários oratorianos de Goa cuja ajuda assegurou a sua sobrevivência. Cf. FLORES, Jorge Manuel: *Hum curto historia de Ceylan*, Lisboa, 2001, pp. 102-111.

(*badda*) que se dedicavam hereditariamente à caça e criação de elefantes, ao cultivo de canela, à pesca, aos deveres na corte real, etc.<sup>181</sup> Além disso, o código ético do budismo considera todos os seres vivos como iguais, assim como o cristianismo. Finalmente, é justo recordar muitos paralelos nas manifestações externas do cristianismo, budismo e hinduísmo (p. ex. pedidos de intercessão dos mediadores entre o fiel e a divindade, reverência para relíquias, procissões e peregrinações) e realçar que nem os budistas, nem os hindus rejeitavam a possibilidade de alcançar a salvação através doutra religião. Eles podiam, por isso, assistir às missas cristãs sem que se sentissem culpados.<sup>182</sup>

No entanto, além do cristianismo, encontramos ainda mais traços da intensa influência portuguesa na ilha. Em primeiro lugar, podemos citar a roupa – calças portuguesas, camisas e blusas com mangas compridas generalizaram-se na ilha. Segundo Queirós, os cingaleses vestiam-se com casacos de tipo português<sup>183</sup> e os *lascarins* usavam as calças curtas e um pano enrolado em torno da sua cintura para servi-lo à noite como uma cobertura.<sup>184</sup> Os membros da família real de Kandy, incluindo o rei Vimala Dharma Surya I e a sua esposa Catarina, vestiam-se como os cristãos portugueses.<sup>185</sup> A aparência de Rajasinha II era, segundo Robert Knox, «muito estranha e peculiar, não seguindo o exemplo do seu próprio país [...] na sua cabeça usa um boné quadrado de três níveis como os jesuítas, com a pena de frente [...] a banda longa está pendurado ao lado das suas costas à moda portuguesa; o seu casaco tem o estilo tão esquisito que não consigo descrevê-lo bem; a sua parte central é duma cor e as mangas doutra; ele usa calças compridas aos tornozelos, sapatos e meias.»<sup>186</sup>

---

<sup>181</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, p. 96.

<sup>182</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Jaffna under the Portuguese*, p. 56.

<sup>183</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. I, livro I, cap. III, p. 22.

<sup>184</sup> Idem, ibidem, vol. I, livro I, cap. XI, p. 83.

<sup>185</sup> SPILBERGEN, Joris van: *De reis van Joris van Spilbergen naar Ceylon, Atjeh en Bantam 1601-1604*, p. 49; STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, pp. 217, 241.

<sup>186</sup> KNOX, Robert: *An Historical Relation Of The Island Ceylon In The East Indies*, London, 1681, parte II, cap. I, p. 46.



A primeira parelha real de Kandy da nova dinastia, instalada em 1592, não foi inspirada apenas pela roupa portuguesa, mas também pela arquitetura e pelo estilo de vida. Vimala Dharma Surya I deixou construir edifícios sob a influência arquitetónica europeia e acolheu o primeiro visitante holandês, Joris van Spilbergen, de acordo com o hábito português, com salva de canhão e vinho tinto.<sup>187</sup> Nesta cena é vista a grande mudança que ocorrera nos últimos 100 anos e que representou o crescimento da influência cultural portuguesa – em 1506, os habitantes do Sri Lanka ainda ficaram admirados que os portugueses bebessem vinho e ficaram assustados quando Lourenço de Almeida ordenou que se disparassem salvas de canhão para celebrar o retorno do seu emissário da corte do rei de Kotte.<sup>188</sup> A rainha Catarina permaneceu cristã católica até a sua morte em 1613 e foi enterrada junto com um rosário e uma Bíblia.<sup>189</sup> O casamento monogâmico e o sacramento do matrimónio generalizaram-se entre população da ilha. Alguns nobres começaram a intitular-se condes e duques seguindo o modelo português.<sup>190</sup> Finalmente, a língua portuguesa expandiu-se e enraizou-se de maneira considerável no Sri Lanka. Os indígenas usavam-na em contato com todos os europeus. O governador holandês do Sri Lanka Cornelis Jan Simonszoon escreveu em 1704 com um pouco exagero que «quem fala português, pode comunicar sem problemas em qualquer parte do Ceilão».<sup>191</sup> Os reis João Dharmapala de Kotte, assim como Vimala Dharma Surya I, Senarat e Rajasinha II de Kandy falavam, escreviam e liam em português fluentemente.

O número de colonos portugueses e mestiços era pequeno, mas tinha uma perspectiva de grande crescimento no futuro. Se os colonos pudessem contar com as condições climáticas favoráveis, o solo fértil,

---

<sup>187</sup> SPILBERGEN, Joris van: *De reis van Joris van Spilbergen naar Ceylon, Atjeh en Bantam 1601–1604*, pp. 46-47, 57.

<sup>188</sup> SILVA, Chandra Richard de: *Beyond the Cape: The Portuguese Encounter with the Peoples of South Asia*, p. 315.

<sup>189</sup> PINTO, Leonard: *Being a Christian in Sri Lanka: Historical, Political, Social and Religious Considerations*, 2015, cap. 1.

<sup>190</sup> BALDAEUS, Philips: *A true and exact description of the most celebrated East-India coasts of Malabar and Coromandel and also of the isle of Ceylon*, New Delhi, Madras, 2000, část *A description of Ceylon*, cap. I, p. 667.

<sup>191</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Hum curto historia de Ceylan*, p. 104; BOXER, C. R.: *A Igreja militante e a expansão ibérica 1440-1770*, p. 101.

os recursos naturais ricos e as doenças não muito difundidas, o que o Sri Lanka cumpriu essencialmente, o processo de colonização seria propulsado pelos seus próprios meios, sem a necessidade de trazer mais colonos da pátria.<sup>192</sup> É confirmado pelo sucesso alcançado pelos portugueses no vale do Zambezi, que foi alcançado graças à população mestiça afro-portuguesa. No caso do Sri Lanka, o resultado positivo podia ter sido conseguido mais facilmente graças ao seu carácter insular.

Através do sistema administrativo indígena, os portugueses controlavam praticamente toda a ilha, exceto o seu centro montanhoso, e parecia ser apenas uma questão de tempo para que conquistassem este último posto avançado. Em 1617, o capitão-geral Nuno Álvares Pereira entrou em acordo de paz com o rei de Kandy Senarat. Em base das estipulações, ambas as partes reconheceram-se mutuamente pela primeira vez. É verdade que para ambos os homens o acordo tenha sido importante principalmente como meio para reprimir a enorme rebelião cingalesa nas planícies baixas (1616–1620), que ameaçava ambas as partes. Além disso, o esforço português pelo impedimento dos contactos futuros entre o reino de Kandy e os holandeses resultou só numa frase que o rei de Kandy tornou-se «o amigo dos nossos [ie. portugueses] amigos e o inimigo dos nossos [ie. portugueses] inimigos». Apesar disso, o acordo foi um passo importante para a normalização das relações entre Portugal e o reino de Kandy e entre Portugal e os cingaleses em geral.<sup>193</sup>

## AS CAUSAS DO FRACASSO DO ESFORÇO PORTUGUÊS DE COLONIZAR O SRI LANKA

Temos, porém, que reparar que o procedimento português rígido contra o reino de Kandy, a aderência teimosa à subjugação dele, a rejeição de qualquer acordo duradouro ou a falta da disposição em aceitar um *modus vivendi* prejudicavam as relações luso-cingalesas irremediavelmente e estorvavam o esforço pela colonização do Sri Lanka. A intransigência portuguesa resultou, sem dúvida, das preocu-

---

<sup>192</sup> BACCI, Massimo Livi: *Populace v evropské historii*, Praha, 2003, pp. 37-38.

<sup>193</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 33.

pações de que os holandeses se pudessem aliar com o reino de Kandy e expulsar os portugueses da ilha.<sup>194</sup> Isso ocorreu, finalmente, mas podemos considerá-lo apenas como uma consequência do procedimento agressivo português. Caso tivesse havido o estabelecimento de relações justas entre Portugal e o reino de Kandy, esse resultado não teria acontecido. O rei de Kandy não era muçulmano, senão budista e os portugueses mantinham relações mais ou menos amigáveis com os rajas hindus do Malabar, culturalmente próximos aos cingaleses budistas. O capitão Ribeiro pensou que o monarca referido agiria mais moderadamente se fosse confrontado com a colonização portuguesa avultada.<sup>195</sup>

No entanto, os colonos portugueses eram pouquíssimos e a mentalidade portuguesa, que ainda ficou em grande parte presa na Idade Média e foi fortemente imbuída pelo orgulho aristocrático e pela fé cristã, recusou um acordo possível com o apóstata Vimala Dharma Surya (originalmente converteu ao catolicismo e aceitou o nome João de Áustria, mas depois rejeitou a fé cristã e voltou ao budismo) ou com os seus descendentes. Também a Igreja Católica, que exercia uma influência extraordinária na sociedade, rejeitou um acordo. Nesse tempo acreditava-se que a fidelidade a uma fé religiosa estivesse intimamente ligada à lealdade política. A Igreja Católica cooperou estreitamente com a Coroa graças ao *Padroado Régio*, ou seja, um conjunto de privilégios concedidos entre 1455–1514 pelos papas aos grandes mestres da Ordem de Cristo que lhes proporcionava o controlo sobre a seleção de arcebispos, bispos, abades, priores e sacerdotes paroquiais, a cobrança de dízimos da Igreja, o funcionamento das ordens religiosas, organização das missões, etc.<sup>196</sup> Originalmente, tratou-se do *Padroado da Ordem de Cristo*, mas ele encontrava-se,

---

<sup>194</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, livro I, pp. 57-61, vol. II, livro VI, p. 465, vol. III, livro VII, pp. 109-113; PERERA, C. Gaston: *Kandy Fights the Portuguese: A Military History of Kandyan Resistance*, p. 322.

<sup>195</sup> RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro III, cap. VII, p. 248.

<sup>196</sup> Esta relação estreita entre a Coroa e a Igreja e a influência da Igreja ao comércio resultou frequentemente na negação dos resultados já alcançados acerca da aproximação com as comunidades indígenas, como está confirmado p.ex. pela evolução na Etiópia e no Japão. Os portugueses tiveram que sair de ambos os países por ordem dos soberanos locais. Cf. NEWITT, Malyn: *A history of portuguese overseas*

desde 1514, sob o controlo efetivo dos reis de Portugal que, a partir de 1472 (hereditariamente desde 1551), desempenharam o papel dos administradores da Ordem de Cristo – *Padroado da Ordem de Cristo* transformou-se no *Padroado Real*. Os reis espanhóis receberam entre 1486–1523 amplos poderes a semelhança do *Padroado Real* – *Patronato Real*, *Patronazgo Real*. Os soberanos da Alemanha, Escandinávia e Inglaterra apoderaram-se de poderes parecidos só pela interrupção arbitrária dos contatos com Roma durante a Reforma protestante na primeira metade do século XVI. Por isso, o acordo de paz de 1617, que foi assinado por motivo do cansaço considerável de ambas as partes sem que uma delas tivesse conseguido superioridade sobre a outra, e o qual fez do rei de Kandy um vassalo formal da Coroa portuguesa, demonstrou-se ser apenas uma trégua temporária. O rei de Kandy foi obrigado a pagar anualmente só um tributo simbólico – dois elefantes como um sinal de respeito para com o rei de Portugal.

A crónica cingalesa budista *Culavamsa*, a continuação da crónica *Mahavamsa* escrita já no século VI, criticou os portugueses pela série de crueldades e violência, especificamente pelos saques de campos e jardins, pelas queimas das vilas e pelas violações de mulheres no território do reino de Kandy.<sup>197</sup> Essas atividades foram iniciadas pelo capitão-geral D. Jerónimo de Azevedo depois do rei ter renovado em 1607 a guerra de conquista no Sri Lanka. Não obstante, o rei não forneceu ao capitão-geral os meios suficientes. Portanto, Azevedo não pôde fazer uma incursão só ao reino de Kandy e militarmente anexá-lo e em vez disso procedeu à solução subsidiária. A sua intenção era destruir sistematicamente a base económica e populacional do reino de Kandy e enfraquecê-lo gradualmente sem a necessidade de recorrer a um ataque militar bastante custoso. O bloqueio marítimo-comercial da costa devia contribuir ao estrangulamento gradual do reino de Kandy, onde durante uma temporada de negócios, entre março e novembro, a esquadra portuguesa fiscalizou a partir de sua base na ilha de Manar. Desta maneira, os contactos comerciais deste reino com o sul da Índia deviam ser interrompidos para que não pudessem ser importados mais dali algodão e sal. Azevedo escreveu nos

---

*expansion 1400-1668*, p. 227. Por outra parte, é preciso ter em mente que os religiosos representavam o poder da Coroa nas regiões periféricas do *Estado da Índia*.

<sup>197</sup> *The Mahavamsa*, vol. II, New Delhi, Madras, 2000, p. 329.

*Regimentos* para os seus sucessores no lugar do capitão-geral Manuel Mascarenhas Homem e Nuno Álvares Pereira: «Hia continuando com a guerra daquele reino [ie. reino de Kandy] entrando nele duas vezes no ano com todo o exército para assim hiu consumindo, e gastando com mortes, e cativoiro da gente, e gastando os mantimentos fazendo passar tugo gado para as nossas terras conquistadas». <sup>198</sup> Esses ataques mencionados deviam ser realizados no período entre janeiro e março e também entre agosto e setembro. Essas partes do ano foram escolhidos deliberadamente – trata-se do período em que arroz amadurece <sup>199</sup> e, por isso, podia ser arrasado. Além disso, as árvores frutíferas eram derrubadas. <sup>200</sup>

Não surpreende que o rei de Kandy Senarat tivesse que se refugiar muitas vezes nas montanhas ou na selva e a sua popularidade tivesse sofrido um declínio gradual. Segundo Queirós, já no tempo antes da campanha de Azevedo de 1603, Vimala Dharma Surya I falou com receio ao seu povo: «Eu vejo a destruição total da ilha, o nome e a nação cingalesa, tão iminente e óbvio, e estou expulsado às áreas marginais onde estou forçado a viver como um animal selvagem na selva entre os animais sem ter conseguido por muitos anos a paz para o meu reino [...]. Não pode ser maior desgraça do que ver a nação, tão famosa pela sua antiguidade e tão temida pelas suas armas, subjugada à nação tão estranha sobre que nem sabemos se talvez não esteja iluminada pelo sol diferente do nosso». <sup>201</sup> As ações cruéis dos portugueses causavam um declínio da reputação do rei de Kandy, mas ao mesmo tempo não aumentavam a popularidade portuguesa. Na verdade, aconteceu precisamente o contrário.

Além da crueldade portuguesa, ainda outra coisa contribuiu para a insatisfação dos cingaleses. Os portugueses dividiram entre si os cargos administrativos mais altos na parte do Sri Lanka controlada por eles só 15 ou 20 anos depois de 1597. Por isso, aos cingaleses não servia para nada que o sistema de governo não tivesse sido alterado

---

<sup>198</sup> AHU, Cx. 3, 23. 4. 1614, f. 1-6, Cx. 4, 9. 10. 1615, f. 1-6.

<sup>199</sup> Tanto no Sri Lanka, como em muitas partes da Índia é possível fazer a colheita duas vezes por ano. Cf. RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro III, cap. VIII, p. 253.

<sup>200</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594–1612*, p. 66.

<sup>201</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro III, cap. XXIII, p. 561.

porque dos níveis superiores foram quase completamente afastados. Por volta de 1615, encontramos entre os altos funcionários só um cingalês e ele foi, ainda por cima, aporuguesado – Simão Correia. Ele foi *dissava* (administrador) da província de Sete korales.<sup>202</sup> D. Jerónimo de Azevedo advertiu dessa evolução rápida, exigida e sancionada pelo rei em 1608. O rei queria limitar a influência política dos cingaleses e reduzir o risco do surto duma rebelião. No entanto, Azevedo avisou razoavelmente que os funcionários portugueses eram ignorantes dos costumes e modo de vida cingaleses, cujas regras muitas vezes não respeitavam, e que era, portanto, preciso mais tempo para lusitanizar a administração cingalesa.<sup>203</sup> Apesar de ele ter conseguido protelar o processo, aparentemente, não foi suficiente. No entanto, o rei em 1625 rejeitou, finalmente, o pedido da anulação do sistema administrativo cingalês em geral por medo de provocar uma revolta cingalesa.<sup>204</sup> A nomeação dos funcionários portugueses esteve associada à recolha mais eficiente de taxas, separada pelos portugueses dos funcionários da administração civil e confiada aos *vidanas*, aproveitando o *tombo* preparado entre 1613–1615. Isso causava ressentimento considerável entre a população cingalesa.

De facto, se olharmos para os chefes das rebeliões antiportuguesas no Sri Lanka, encontramos entre eles homens fortemente influenciados pela cultura portuguesa, criados no ambiente português e batizados, simplesmente aporuguesados.<sup>205</sup> Trata-se de Vidiye Bandara (1553–1555), Domingos Correia (Edirille Rala; 1595–1596), homem que representou o papel do príncipe Nikapitiye Bandara (1616–1617), António Barreto (Kuruwita Rala, 1601, 1617–1620), Konappu Bandara (mais tarde o rei de Kandy Vimala Dharma Surya I) ou quatro *modeliars* Teodósio (Kattota Mantri), Aleixo (Amarakoon Mantri), Cosme (Kulatunga Wickremasinghe) e Baltasar (Siyane Korale Bandara), que em 1630 traíram o capitão-geral Constantino de Sá de Noronha e trouxeram o exército português à ruína na batalha de Randeniwela. Isso não é fácil de explicar. Poderíamos considerar os cingaleses realmente

---

<sup>202</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594–1612*, pp. 78–81.

<sup>203</sup> *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. III, p. 222.

<sup>204</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617–1638*, p. 158.

<sup>205</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, pp. 238–239.

como pessoas inerentemente traiçoeiras? Na verdade, não. Uma explicação bastante plausível parece ser que a predominância do elemento português na estrutura administrativa da ilha foi simplesmente tão grande que impediu os indígenas de lograr os objetivos deles, embora estivessem dispostos a aceitar sacrifícios consideráveis, incluindo a adoção da identidade portuguesa. Além disso, a estadia no ambiente português possibilitou-lhes habituarem-se aos meios e princípios da luta religiosa intransigente conhecida na Europa já desde a metade do século XVI graças às guerras religiosas sangrentas. É preciso acrescentar os efeitos das disputas pessoais, assim como a observação já mencionada segundo a qual os cingaleses só eram capazes de perceber suficientemente que eram membros dum grupo étnico único devido ao confronto com um elemento estrangeiro – com os portugueses.

Os portugueses no Sri Lanka podem ser realmente descritos como um elemento intruso. Em particular, comportavam-se de maneira inadequada ao ambiente indígena o que impediu que a colonização da ilha fosse bem-sucedida. A separação infeliz dos elementos religiosos budistas da dignidade real consagrada, apesar de eles terem estado interligados já desde o século X, assim como o seu esforço pela extirpação do budismo (embora, na prática, apenas em público) num ambiente bastante tolerante do Sri Lanka e a sua substituição pelo cristianismo intolerante, ligado (entre anos 50 do século XVI e o ano 1600) à destruição dos templos budistas e à perseguição dos monges budistas, representam as repercussões mais evidentes da influência portuguesa na sociedade do Sri Lanka.<sup>206</sup> Além disso, pode-se mencionar o desrespeito aos princípios estipulados na *convenção de Malwana* (1597) e o procedimento subsequente resultante da nomeação dos funcionários mais altos e *modeliars* não só da casta Govigama (também Goyigama), a casta mais respeitável, mas particularmente das castas mais cristianizadas Karava (Careas) e Salagama (Chaleas). Os membros destas castas conseguiram, como cristãos convertidos, conquistar maior influência e acumular maior fortuna. Desta maneira, foram, porém, violadas de maneira flagrante as regras associadas ao sistema de casta que os portugueses nunca erradicaram completa-

---

<sup>206</sup> STRATHERN, Alan: *Theoretical Approaches to Sri Lankan History and the Early Portuguese Period*, p. 221.

mente.<sup>207</sup> Isso é confirmado pelo facto de as igrejas terem sido construídas separadamente para cada casta. Em comparação ao procedimento espanhol para com as comunidades ameríndias na América, onde todos os indivíduos deviam ser integrados na sociedade colonial recém-construída pelos espanhóis, a sua elite política (*casiques*) foi hispanizada, apesar de que a autonomia local tenha sido conservada, e o seu número tenha sido reduzido sensivelmente, as ações portuguesas no Sri Lanka parecem bastante moderadas em face à sociedade indígena que não foi afetada de ponto de vista cultural e cujo padrão anterior foi preservado. O nível da civilização cingalesa era, porém, um pouco mais avançado do que o da civilização ameríndia e a sua posição no mundo não era tão isolada, por isso os portugueses não podiam proceder do mesmo modo como os espanhóis no Novo Mundo.

Finalmente, deve-se notar a ausência do sangue dos antepassados cingaleses nas veias dos reis portugueses que aceitaram de bom grado a herança do trono em Kotte embora na ilha fosse muito enfatizada a afinidade à antiga dinastia real, supostamente proveniente da linha solar. Os seus membros reclamaram serem os únicos pertencentes à casta *suryavamsa*, uma parte da varna dos xátrias, varna dos soberanos e guerreiros, à qual pertencia também o Buda histórico (Siddhartha Gautama) e da qual foram recrutados soberanos na Índia hindu. As definições legais austeras da doação de Kotte (1580–1583) não podiam equivaler-se a esta origem excepcionalmente nobre. Tudo isto contribuiu para aprofundar as divergências entre os portugueses e os cingaleses. Em breve, a população do Sri Lanka não estava disposta a aceitar a rutura radical com as tradições que acompanhou a lusitanização e cristianização. Em qualquer caso, não se trata duma atitude pré-nacional e xenófoba para com os portugueses que foi propagado ferozmente pelo poema cingalesa *Sitavaka Hatana*, datada de aproximadamente 1585,<sup>208</sup> ou seja do tempo da luta culminante entre o soberano do reino de Sitawaca Rajasinha I e os portugueses. Nem sequer podemos falar sobre a sabotagem intencional do esforço evan-

---

<sup>207</sup> PEEBLES, Patrick: *The History of Sri Lanka*, Westport 2006, p. 43.

<sup>208</sup> STRATHERN, Alan: *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Land*, pp. 177-180.



gêlico português. O problema consiste na resistência seletiva baseada na defesa das tradições e costumes cingaleses.

O poema mencionado e ainda outros parecidos (*batanas*) de carácter panegírico do século XVII elogiam tudo cingalês e condenavam os usurpadores portugueses e os seus aliados do Sri Lanka. Os portugueses foram acusados de crueldade, inexorabilidade e cobiça e insultados como demónios, idólatras, ladrões, comedores da carne suína, bebedores de quantidade excessiva de álcool e consumidores de ópio.<sup>209</sup> Como é possível ver, as diferenças culturais entre ambos os grupos étnicos eram a fonte dos insultos mútuos. Os portugueses não respeitavam a cultura cingalesa e olhavam os cingaleses com desprezo e desdém. Proibiam-lhes até de viajar em palanquim,<sup>210</sup> o que pode ser comparado com o equivalente europeu da hierarquização social, ou seja, com a reserva dos cavalos para os nobres e dos burros, mulas e muares para os súbditos. À medida que estas opiniões se multiplicavam e se difundiam a coexistência dos portugueses e cingaleses parecia cada vez mais utópica, uma mera ideia minguante em algum lugar distante. Esta convicção era compartilhada pelos próprios portugueses, pelo menos por alguns deles. O capitão João Ribeiro escreveu que as diferenças entre os portugueses e os cingaleses eram demais para que ambos os grupos étnicos fossem capazes de viver sob o governo do mesmo monarca – «somos cristãos, eles gentios, somos brancos, eles, por sua vez, negros».<sup>211</sup>

O malogro português mencionado em obter a fusão cultural-étnico dos elementos portugueses e cingaleses pode ser comprovado não só pelos ataques verbais agudos de ambas as partes, mas também pelo fracasso completo do esforço português em assentar as famílias cingalesas nas cidades e fortes portugueses e nos seus arredores. Este plano existia já desde 1607, mas começou a realizar-se só em 1625–1626 sob a decisão do capitão-geral Constantino de Sá de Noronha, apesar dalgumas alterações. Até então, uma espécie de sociedade híbrida, privada de barreiras étnicas, religiosas e espaciais e sem bairros bem definidos, cristalizou-se apenas em Colombo, mas

---

<sup>209</sup> Idem, *ibidem*, pp. 239-240.

<sup>210</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, p. 149.

<sup>211</sup> RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro III, cap. X, p. 264.

não como o resultado dalgum plano seguido de maneira intencional e meticulosa, senão devido à elevação de Colombo à capital do reino de Kotte em 1565.<sup>212</sup>

O problema principal foi o facto de que as terras, que deviam ser atribuídas aos colonos cingaleses, eram mais lucrativas e ficavam, por tanto, na posse dos *casados* portugueses que não queriam entregá-las. O Senado da Câmara de Colombo, em que os *casados* predominavam, por isso, propôs em 1615 que os colonos portugueses permitissem aos cingaleses viver numa parte das suas terras. Exigiu, porém, mais terras em troca disso. O governador do *Estado da Índia* Fernão de Albuquerque rejeitou esta sugestão porque seriam sobretudo os *casados* a tirarem proveito dela. Eles receberiam tanto as terras novas, como os súbditos, embora pessoalmente livres.<sup>213</sup>

As coisas foram postas em movimento apenas durante o governo de Constantino de Sá de Noronha, homem ágil e hábil, que tentou condescender aos cingaleses. O seu objetivo era construir no vale do rio Kālani assentamentos cingaleses estáveis e viáveis que permitissem a ligação segura entre Colombo e Malvana, onde residia o capitão-geral. Depois duma parte das terras portuguesas nos arredores de Colombo ter sido expropriada com a aprovação real, os colonos cingaleses foram estabelecidos nela. Ao total, eram pretendidas até 10 000 pessoas, mas o resultado final foi muito mais modesto – foram fundados apenas dois povoados fortificados (1626) nos arredores de Colombo, mas eles desapareceram depois da batalha de Randeniwela (1630). Visto que os colonos portugueses resistiam, o plano não pôde ser posto em prática. O que foi feito, foi apenas um fragmento das intenções originais do rei português. Ambos os assentamentos mencionados eram habitados só pela população indígena. A administração portuguesa em Goa e Colombo estava preocupada com que qualquer outra rebelião cingalesa semelhante à de 1616–1620 pudesse levar ao assassinio de cidadãos portugueses que, portanto, preferiam ficar escondidos detrás dos muros das suas cidades e cultural e socialmente ficavam separados da maioria cingalesa circunvizinha. O pri-

---

<sup>212</sup> BIEDERMANN, Zoltán: *Colombo versus Cannanore: contrasting structures of two colonial port cities (1500–1700)*, in: *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 52, n. 3, pp. 445-446, 452.

<sup>213</sup> SILVA, C. R. de: *The Portuguese in Ceylon 1617-1638*, pp. 78-79.

meiro assentamento encontrava-se em Peliyagoda, o segundo provavelmente em Mulleriyawa. Naquele havia em 1628 apenas 200 cristãos cingaleses convertidos.<sup>214</sup>

Então, do projeto de colonização grandioso restou depois de apenas 20 anos quase nada. O encontro com a realidade do Sri Lanka obrigou os portugueses a fazerem algumas modificações em comparação com plano original, o qual se transformou, portanto, numa espécie de mistura de tradições cingalesas e inovações portuguesas. Os portugueses não conseguiram controlar toda a ilha, atrair um número suficiente de colonos cristãos de Portugal, Índia e África Oriental nem assegurar a independência financeira da administração local em relação a Lisboa e Goa. Tiveram, por isso, que manter a estrutura administrativa existente e a organização militar sem grandes mudanças, aproveitar as tropas e a mão-de-obra indígena e procurar o apoio da elite social, política e militar local. Essa elite beneficiou do projeto de colonização português, salvo os funcionários e oficiais portugueses. Além disso, os portugueses foram sempre considerados como um elemento intruso. Seria possível procurar uma culpa só no lado português e nomear o eurocentrismo, a dureza, a crueldade e a impaciência, bem como a esfera de interesse demasiadamente ampla, a qual uma grande área da África Oriental até ao Japão,<sup>215</sup> e, por último, uma relutância geral à conciliação. Os portugueses recusavam-se a desistir do seu monopólio do comércio com o Oriente, bem como de qualquer das suas possessões asiáticas, porque tinham medo da perda do prestígio internacional. Esperavam pelo apoio da Espanha, ou seja, um parceiro com que em 1494 em Tordesilhas tinham dividido as esferas de influência no mundo. Esta intransigência levou, a partir os anos 20 do século XVI, às disputas com os franceses no Brasil, na Guiné e em Marrocos e, desde a transição dos séculos XVI e XVII, tanto à guerra longa e exaustiva com os holandeses, terminada só em 1669, como ao conflito com os ingleses.

---

<sup>214</sup> Idem, *ibidem*, pp. 79-80.

<sup>215</sup> O cronista Ribeiro lamentou algum tempo depois que os portugueses não se decidissem controlar apenas os lugares-chave no Índico como tinha aconselhado o governador Afonso de Albuquerque – Goa, Ormuz e Malaca. Cf. RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro III, cap. V, pp. 220, 222, 238-245.

Ao mesmo tempo, os portugueses queriam aceder tampouco a uma solução pacífica do conflito com o rei de Kandy, o que é claramente a consequência da própria natureza da expansão portuguesa. Ela foi liderada pelos membros da nobreza para os quais a luta representava um dos sentidos da vida e o meio mais importante da sua autorrealização. Não é possível esquecer-se de que se tratou também da consequência da percepção diferente da soberania que fora introduzida no Sri Lanka pelo rei Filipe I depois de ter herdado o trono no reino de Kotte em 1597. Se até então os soberanos de Kotte reinaram em toda a ilha, apesar de que a soberania deles fosse apenas indireta de acordo com a ideia de *chakravarti* e garantisse às regiões periféricas o desenvolvimento independente, Filipe I concebeu o plano da integração do Sri Lanka à união ibérica com base nas experiências espanholas anteriores da Europa. A ilha devia fazer parte do império composto ibérico e devia ser equivalente aos outros membros deste *império composto*, p. ex. Castela, Aragão, Nápoles ou Sicília. Estes países podiam dispor de autonomia considerável, mas eram administrados pelos funcionários espanhóis com o vice-rei à frente, não pela elite política local. No Sri Lanka, «o nome do rei indígena devia ser erradicado»,<sup>216</sup> todos os reis locais deviam ser substituídos pelo cargo do governador e capitão-geral (desde 1594) e os altos postos administrativos deviam ser aporuguesados. Filipe I devia reinar não como *rei dos reis*, mas de acordo com a ideia *um rei, um império, uma fé como rei do reino*, ou seja, não só como soberano simbólico senão monarca do país centralizado e unificado.<sup>217</sup>

Os portugueses tentaram conquistar o reino de Kandy desde o fim do século XVI, no total quatro vezes (1594, 1603, 1630 e 1638), mas invasão sempre terminou em fracasso, embora nenhuma das derrotas portuguesas tenha sido resultado de uma superioridade militar cingalesa, senão do uso primordial da tática da evasão da luta e do

---

<sup>216</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro III, cap. XXIX, p. 615.

<sup>217</sup> Z. Biedermann vê no esforço português pela integração incondicional do Sri Lanka ao âmbito do Império Português e pela imposição da soberania directa na ilha a causa principal do fracasso português em colonizá-la. Cf. BIEDERMANN, Zoltán: *The Matriosbka Principle and How it was Overcome: Portuguese and Habsburg Attitudes toward Imperial Authority in Sri Lanka and the Responses of the Rulers of Kotte (1506-1598)*, pp. 294-299.

conhecimento do território. Os portugueses eram forçados a travar a guerra em terreno montanhoso e densamente arborizado, cheio de ravinas e de desfiladeiros e entrelaçado pelos inúmeros rios e riachos, sobre a maioria dos quais não havia pontes e os quais, como o resultado das chuvas torrenciais, podiam transbordar facilmente. As chuvas podiam durar até 8 ou 10 dias sem interrupção,<sup>218</sup> o que prejudicou o capitão-general Manuel Mascarenhas Homem durante a sua expedição de rapina ao território do reino de Kandy no início de 1615. Ele demorou 3 dias para atravessar com os seus homens o rio Mahaveli transbordado, o mais longo no Sri Lanka, perto de Gampola, usando os pontões de madeira.<sup>219</sup> Tudo isso contribuiu, sem dúvida, às vitórias cingalesas. O movimento e o aprovisionamento eram em tais condições extremamente difíceis, senão impossíveis. Além disso, os portugueses não podiam aproveitar a sua superioridade tecnológica e de organização em forma das armas de fogo e do melhor treino.<sup>220</sup> Portanto, não se pode aceitar o argumento segundo o qual os portugueses teriam sido mais bem-sucedidos na sua expansão no Sri Lanka se a tivessem começado já no início do século XVI, quando os cingaleses ainda não dispunham de quase nenhuma arma de fogo.<sup>221</sup>

Da mesma forma, as deserções frequentes dos *lascarins* também desempenhavam papel importante. Os portugueses no Sri Lanka eram totalmente dependentes do suporte dos *lascarins*. Queirós escreveu a isso de modo apropriado: «Todos entendem que sem *lascarins* não se possa travar a guerra no Ceilão nem mantenhemos o que possuímos».<sup>222</sup> A política consideravelmente egoísta dalguns governadores e vice-reis contribuiu, sem dúvida, ao fracasso português. Eles não mostravam, devido ao curto tempo de três anos nos seus postos, nenhuma vontade de perder muito tempo nas campanhas pouco invejáveis no Sri Lanka e antes dedicavam-se ao enriquecimento pessoal.

---

<sup>218</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Olhos do Rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624, 1638)*, p. 148.

<sup>219</sup> BOCARRO, António: *Década XIII*, vol. II, cap. XCI, pp. 405-406.

<sup>220</sup> PERERA, C. Gaston: *Kandy Fights the Portuguese: A Military History of Kandyan Resistance*, pp. 3-16.

<sup>221</sup> PERERA, Simon Gregory: *A History of Ceylon for Schools: The Portuguese and the Dutch Periods 1505-1796*, Colombo 1932, p. 69.

<sup>222</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. III, livro VI, cap. V, p. 1031.

Se tivermos em conta a grande distância que separa a Índia e o Sri Lanka de Lisboa, é bastante claro que, apesar das ordens e regulamentos reais, a política portuguesa na Ásia era realmente dirigida justamente por estes governadores e vice-reis.<sup>223</sup>

Lembremos também os esforços cristianizadores portugueses, frequentemente fanáticos, no Sri Lanka, iniciados em 1543 pelos franciscanos alcantarinos que não respeitavam as tradições locais nem a evolução social. Estavam relacionados com os ideais combativos da Reforma Católica, traçadas pelo Conselho de Trento (1545-1563), do qual resultou a abordagem intransigente dos franciscanos no Sri Lanka. Ele manifestou-se pela pulverização e queima duma relíquia budista de destaque no Sri Lanka, do dente de Buda, em Goa (1561), e pela destruição dos templos budistas (a partir dos anos 50 do século XVI). Na Ásia em geral, os jesuítas, depois de 1542, começaram a organizar as atividades missionárias cristãs muito mais sistematicamente. A evangelização no Sri Lanka tinha que ser ressentida necessariamente e levou finalmente à politização da religião e agudização dos antagonismos entre os portugueses e os cingaleses. Os portugueses esforçavam-se, geralmente, por batizar primeiramente o rei que devia ser seguido pelos seus súbditos. No entanto, o que teve êxito na Europa e, posteriormente, na África Ocidental (no Congo depois 1491 onde os franciscanos batizaram o *manicongo* Nzinga-a-Nkuwu como João I), na América e no Pacífico, não foi bem-sucedido no Sri Lanka nem nalguns lugares da Ásia (Molucas, Índia, China, Tibete, de maneira reduzida só no Japão). Lá, os sistemas religiosos muito antigos eram geridos pelo clero organizado e baseados na teologia formalizada, sustentada pelos textos sagrados, não só pela tradição oral. Para os seus aderentes, o conceito monoteísta era totalmente incompreensível, uma vez que acreditavam que o imperador japonês fosse um descendente dos deuses e o imperador chinês fosse uma encarnação divina. Além disso, o conceito monoteísta estava ligado à veneração dos santos enraizados no mundo mediterrâneo e completamente alheios à

---

<sup>223</sup> O Sri Lanka foi visitado somente pelos dois chefes do *Estado da Índia* – governador Afonso de Noronha e vice-rei Constantino de Bragança. O primeiro queria apenas conseguir os seus interesses particulares enquanto que o outro por sua vez careceu maior determinação e perseverança para a sua incursão de 1560 levar ao bom termo.

Ásia das Monções. Ao contrário, a tradição escatológica cristã considerava incompreensível o conceito da reencarnação das almas.<sup>224</sup> Além disso, a admissão da fé cristã não significava a ascensão social, senão a descida. Isso manifestava-se mais fortemente no mundo hindu, em que os cristãos convertidos eram considerados como indivíduos completamente fora do sistema de castas, ou seja, desprezíveis, enquanto que a separação do sistema de castas da religião budista no Sri Lanka eliminou, em boa parte, este problema.<sup>225</sup> No entanto, no Sri Lanka prevaleceu o budismo teravada que não era tão adaptável nem aberto às diferenças culturais como o budismo maaiana, em detrimento do qual os missionários alcançaram um êxito considerável (Japão, China, Vietnam). Os indivíduos dentro do budismo teravada procuravam a sua própria salvação e o acesso ao nirvana através da vida monástica ascética, enquanto que o budismo maaiana enfatizava a compaixão com os outros, aos quais os iluminados (*bodisatvas*) mostravam o caminho.

A população cingalesa e tâmul devia aceitar, de acordo com os pressupostos portugueses, a fé cristã em base à doutrina «De quem a região, dele a religião» (lat. *Cuius Regio, Eius Religio*), que era universalmente aceite na Europa moderna, porém completamente alheia ao mundo budista tolerante. Se os indígenas aceitaram o batismo, depararam com a relutância em permitir a formação do clero indígena, cuja criação era no Oriente acentuada apenas no Japão, China e Índia, ou seja, nas áreas com uma população da civilização avançada e da pele mais clara. Os indígenas convertidos encontraram-se, portanto, à margem tanto da sua sociedade como da sociedade portuguesa.

No início do século XVII, os jesuítas (1602), os dominicanos (1605) e os agostinianos (1606) começaram a pregar na ilha juntamente com os franciscanos. Na península de Jafanapatão pregaram sobretudo franciscanos e jesuítas, dominicanos só de forma muito

---

<sup>224</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa: *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa. Séculos XV-XVIII*, p. 137.

<sup>225</sup> Na Índia hindu, o *Pai dos Cristãos* tomou conta dos convertidos cristãos ostracizados desde 1537. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Victor Luís Gaspar: *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, p. 266; STRATHERN, Alan: *The Conversion of Rulers in Portuguese-Era Sri Lanka*, in: *Re-exploring the Links: History and Constructed Histories Between Portugal and Sri Lanka*, Wiesbaden, 2007, pp. 127-128.

limitada, e agostinianos de modo algum. As possibilidades dos missionários eram limitadas pelo facto de que a maioria deles não dominava nem o cingalês, nem o tâmul. Eles só eram capazes de recitar nessas línguas as frases memorizadas, e tinham que contar, portanto, com a ajuda de intérpretes. Em 1654, à véspera da queda das posições portuguesas nas mãos holandesas, foi ordenado que todos os missionários recém-chegados frequentassem as aulas de língua cingalesa em Colombo ou de língua tâmul em Jafanapatão, dependendo do seu destino.<sup>226</sup> O cristianismo, inicialmente, penetrou na sociedade do Sri Lanka facilmente devido à separação entre a religião e o sistema de castas e à compreensão incorreta do seu carácter exclusivista (a Igreja Católica não concentria em incluir o Deus cristão ao lado dos deuses locais no panteão cingalês) e ao desejo dos convertidos do acesso mais fácil aos cargos públicos e dos benefícios económicos. Os pobres cristianizados eram, portanto, chamados, ironicamente, «cristãos de arroz». A situação devia ser mudada em breve. Sobretudo os adultos não estavam suficientemente instruídos sobre a doutrina cristã porque o batismo era o mais importante de acordo com a opinião de muitos sacerdotes, uma vez que purifica o homem do pecado original e abre a porta para a sua salvação – conforme o Concílio de Trento, o batismo representou «uma forma visível da graça invisível de Deus». Os missionários acreditavam, portanto, que o batismo, fosse qual fosse a sua forma, representava o primeiro passo em direção à salvação e formava um verdadeiro cristão, enquanto que a educação posterior só podia contribuir para o seu aprimoramento. Podiam, por isso, ministrar o batismo coletivo. Deste modo, a ortodoxia religiosa foi posta em face das tendências sincretizantes e muitos indígenas tornaram-se cristãos superficiais que, na primeira oportunidade, voltavam à sua fé tradicional. A conversão real ao cristianismo requeria muito mais tempo e esforço porque o entendimento correto da Trindade não era nada fácil.

Por outro lado, deve-se salientar que a culpa pelo fracasso da colonização portuguesa não reside apenas nos ombros dos portugueses. A população indígena do Sri Lanka encontrou em si uma força notável a resistir e recusou-se a aceitar o papel de população subordinada

---

<sup>226</sup> BOXER, Charles Ralph: *Christians and Spices: Portuguese Missionary Methods in Ceylon 1518–1658*, in: *History Today*, 1958, vol. 8, n. 5, p. 351.



cujas manifestações culturais, seguidas as raízes antigas, pudessem ser danificadas irremediavelmente, senão sufocadas completamente, por anos longos de vassalagem. No entanto, ela rejeitou também a oportunidade de entabular uma cooperação frutuosa com um grupo étnico remoto da Europa, ou seja, com os portugueses, que alargavam, a longo prazo, não só fogo e guerra, mas também a fé cristã igualitária e a ideia da miscigenação das raças e da formação das culturas híbridas, o que acabou por ser uma missão histórica do Império Português.

## CONCLUSÃO

Os portugueses só precisavam de mais tempo que meros 20 ou 30 anos para que o seu plano audacioso no Sri Lanka pudesse dar frutos e para que a afirmação desagradável de D. Jerónimo de Azevedo, de que «o cristianismo na ilha seguiu as armas»,<sup>227</sup> perdesse o seu vigor. No entanto, o cristianismo não foi propositadamente divulgado na ilha com força,<sup>228</sup> mas as autoridades portuguesas emitiram muitos decretos coercivos e discriminadores para favorecerem os cristãos convertidos, o que devia ajudar a impor o cristianismo. No entanto, era necessário a mistura com as tradições religiosas locais a longo prazo para que se pudesse estabelecer como uma crença dominante. Na Europa, a transformação do cristianismo da seita judaica à religião autónoma e dominante, iniciada pelo *Apóstolo dos Gentios* São Paulo de Társo, demorou séculos. Roma negou, porém, a adaptação às condições locais, visto que, desde o Concílio de Trento, defendeu a unidade da Igreja Católica Romana, a uniformidade e a padronização da prática e da liturgia da Igreja, e o fortalecimento das competências, da disciplina e das qualidades morais e profissionais do clero diocesano. Dessa maneira, Roma reagiu à ameaça das denominações protestantes, as quais foram formadas durante o processo da Reforma protestante, e da expansão do Islão. Fiscalizava também, cuidadosamente, a preservação da ortodoxia religiosa e a pureza doutrinária. A

---

<sup>227</sup> AHU, Cx. 3, 23. 4. 1614, f. 2.

<sup>228</sup> ABEYASINGHE, Tikiri: *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, p. 209; BOXER, C. R.: *Christians and Spices: Portuguese Missionary Methods in Ceylon 1518-1658*, p. 353.

Igreja Cristã foi orientalizada durante os séculos XVII e XVIII graças às atividades jesuítas na Costa do Malabar na Índia e na China, mas o papa negou os resultados alcançados de maneira insensível – em 1744 na Índia e nos anos 1742–1743 na China.

Todo o processo pôde ser acelerado pela atitude mais complacente para com os indígenas. A legislação do período pombalino da segunda metade do século XVIII confirma as mudanças de abordagem para com os indígenas como possíveis e reais. Ela exigiu direitos iguais tanto para os cristãos mestiços e indígenas, como para os cristãos-novos, embora fossem impostas de maneira difícil por causa da resistência da elite local. A possibilidade da divulgação pacífica do cristianismo confirma as ações dos oratorianos de Goa que foram trazidos à ilha em 1687 pelo brâmane indiano, santo José Vaz, chamado o *Apóstolo do Ceilão*. Os oratorianos cuidavam da comunidade católica no Sri Lanka, a qual sobrevivera sob a pressão do calvinismo holandês até 1834, quando foram abolidas as ordens religiosas em Portugal. A população indígena nunca aceitou o calvinismo tanto como aceitou o catolicismo, que acentua mais a emoção e a experiência emocional, que afetava através dos sinais exteriores faustosos – rituais e procissões religiosos, peças de teatro, música e decoração aparatosa escultural e pictórica.

O estado de guerra quase permanente no Sri Lanka também não facilitava a colonização pacífica da ilha. O capitão Ribeiro foi convencido de que a colonização em larga escala compelsse o rei de Kandy a fazer algumas concessões<sup>229</sup>, o que mostra que nem os contemporâneos estavam satisfeitos com a política oficial em relação ao Sri Lanka. Surge, naturalmente, a questão de que até que ponto a colonização em face aos problemas supramencionados seria viável. A despeito da relação mútua entre o esforço pela conquista militar do reino de Kandy e o plano de colonização, é preciso separar estes dois conceitos diferentes. Se nos abstraíssemos completamente das campanhas que levaram apenas às derrotas e rebeliões subsequentes, poderíamos dizer que a mudança de comportamento vaidoso e a concentração das forças e dos recursos, o que certamente podia ter sido alcançado, teriam trazido sucesso à colonização portuguesa. Foi uma questão de

---

<sup>229</sup> RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro III, cap. VII, p. 248.

definir as prioridades tanto pela Coroa em Lisboa, como pelo governador ou vice-rei em Goa.

Embora a comunidade portuguesa no Sri Lanka não fosse muito numerosa, ela tinha, na minha opinião, perspectivas muito boas para criar uma população mestiça estável e viável, se tivesse havido um período de paz mais longo. Estou convencido de que realmente podia ter acontecido, uma vez que nenhuma das partes em conflito, nem Portugal, nem o reino de Kandy, era capaz de ganhar a vantagem sobre o seu rival. O resultado foi um equilíbrio de forças com que deviam contentar-se, mais cedo ou mais tarde, ambos, já que a guerra é, geralmente, muito custosa e cansativa. Os portugueses, porém, não conseguiram aproveitar a oportunidade de colonização da ilha, que, na transição do século XVI e XVII, parecia ser muito promissora, e que, depois dos acontecimentos dos anos 1630–1638, desapareceu definitivamente. As justificações posteriores referentes às antigas profecias,<sup>230</sup> o esforço por encontrar o culpado na ira do Deus<sup>231</sup> ou a deploração das preferências comerciais excessivas antes do cultivo da terra já não podiam devolver, na situação política completamente mudada, uma oportunidade perdida, apesar de alguns sonhadores se recusarem a admiti-lo.<sup>232</sup>

Apesar do fim encabulado do plano ambicioso, cujo fracasso pode ser resumido nas causas demográficas, socioculturais, militares e religiosas, os vestígios do período português no Sri Lanka são aparentes ainda hoje, embora já não haja ali praticamente nenhum português de sangue puro. Além do mais, estes vestígios são mais fortes do que aqueles dos holandeses ou ingleses, embora deva admitir-se que o inglês é atualmente uma das línguas oficiais da ilha. Em primeiro lugar, deve-se acentuar que as atividades portuguesas na ilha reduziram consideravelmente a influência do *zamorim* de Calecute e dos mercadores muçulmanos e, dessa maneira, limitaram a possibilidade da islamização da ilha através dos contactos comerciais, o que sucedeu na Insulíndia. Não se trata apenas dos exemplos da arquitetura forti-

---

<sup>230</sup> QUEIRÓS, Fernão de: *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon*, vol. II, livro IV, cap. XIX, pp. 746-747.

<sup>231</sup> RIBEIRO, João: *The Historic Tragedy of the Island of Ceylon*, livro III, cap. I, p. 219.

<sup>232</sup> FLORES, Jorge Manuel: *Hum curto historia de Ceylan*, pp. 99-100.

ficada, entre os quais se destaca a fortaleza em Gale na costa sul, da arquitetura sagrada e das novas técnicas de construção. Falamos também sobre os exemplos da mistura mútua da arte portuguesa e cingalesa cujo resultado são recipientes para pólvora e talheres decorados, pentes, estatuetas de santos e belos armários de marfim, fabricados de acordo com os modelos europeus, mas decorados de acordo com a estilística cingalesa e em base do gosto artístico cingalês.<sup>233</sup> Alguns elementos da cultura espiritual merecem também ser lembrados. Um deles é uma espécie de música de dança que se chama *baila* e que foi criada pela fusão das tradições do Sri Lanka, Portugal e África. O outro elemento é o teatro que foi constituído sob a influência portuguesa. Fala-se também sobre a arte das rendas, importada diretamente de Portugal. A influência portuguesa reflete-se, outrossim, na alimentação, uma vez que os navios portugueses trouxeram para o Sri Lanka algumas plantas americanas como mandioca, abacaxi, goiaba, tomate, caju, tabaco e pimentos chili, que são atualmente uma das características da cozinha local. No entanto, a despeito da presença portuguesa, a estrutura tradicional da agricultura no Sri Lanka manteve-se inalterada.

Talvez o traço mais marcante da influência portuguesa no Sri Lanka seja representado pela comunidade luso-cingalesa, português crioulo, utilizado pelos membros da comunidade mencionada (embora cada vez menos), e religião católica,<sup>234</sup> que (não só) eles professam. Os mestiços luso-cingaleses (*topazes*, durante o período holandês, *burghers*, ou também *mardijkers*, ou seja escravos libertos) mantiveram a sua identidade também durante o governo holandês e inglês, mas foram empurrados para a margem da sociedade cujos membros começaram a falar inglês. Assim é até hoje. Eles preservaram a sua identidade porque recorriam ao casamento endogâmico e transmitiam as suas profissões de pai para filho. Até agora, vivem em Batticaloa, Trincomalee e nos seus arredores e o seu número alcança aproximadamente 40 000 pessoas (ou seja, 0,26% da população total do Sri Lanka) o que é menos que no passado, porque uma parte con-

---

<sup>233</sup> DIAS, Pedro: *Os Portugueses no Ceilão*, in: *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, 1999, pp. 352-353.

<sup>234</sup> Actualmente, a quota dos cristãos no Sri Lanka alcança entre 7,4 e 8 %, dos quais 82 % são católicos. O seu número é 1 milhão.

siderável deles emigrou para a Austrália. A sua língua, o português crioulo, foi utilizada na ilha como a *língua franca* desde o século XVI até meados do século XIX, graças à rede extensa de escolas paroquiais e escolas ajuntadas aos mosteiros das ordens religiosas. Atualmente, não há, porém, uma forma escrita oficial desta língua, a qual está desaparecendo sob a pressão do inglês. Ela é usada ainda por apenas 100 famílias da origem europeia em Batticaloa e Trincomalee e por 80 famílias da ascendência africana em Puttalam.<sup>235</sup>

Sem embargo, o português deixou nas línguas cingalesa e tâmul uma marca forte – a língua cingalesa contém cerca de 1 000 palavras que denotam termos religiosos, géneros alimentícios, roupa e utensílios domésticos, bem como as expressões da arte tipográfica, arquitetura e arte militar, ou seja, das áreas em que os portugueses tiveram o maior impacto.<sup>236</sup> Uma série dos objetos que são referidos pelo termo emprestado do português vieram para o Sri Lanka nos navios portugueses. Trata-se p. ex. de tinta, papel, pão, biscoitos, etc. Antes de o papel ter sido importado, os cingaleses escreviam, geralmente, em casca de árvore, pedaços de madeira, placas de pedra e metal, e folhas secas de palmeira talipot (*Corypha umbraculifera*). O legado português no Sri Lanka é confirmado também pelos nomes e sobrenomes da origem portuguesa que atualmente não são usados apenas pelos descendentes dos portugueses, mas também por alguns outros cingaleses.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> JAYASURIYA, Shihan de Silva: *The Portuguese Cultural Imprint on Sri Lanka*, in: *Lusotopie*, 2000, pp. 253-259.

<sup>236</sup> PETER, W. L. A. Don: *Lusitanian Links with Lanka*, pp. 40-49.

<sup>237</sup> Idem, *ibidem*, pp. 51-56.